

Tipo	Empresa/Entidade:	Nome:	Sugestão
Produtor Biocombustível	Bambui Bioenergia S/A	JOSE GERALDO RIBEIRO	Sugiro o período mínimo de 15 dias para alteração dos preços dos combustíveis.
Cidadão	Não citou	JOSÉ ANTONIO PAGOTTO	Veja ANEXO XIII
Cidadão		Adriano da Silva Matos	A Petrobrás mudou a política de preços meramente para agradar seus acionistas, obtendo lucros exorbitantes, enquanto a conta quem paga é a população. A estatal age como se fosse uma empresa privada, e sem ter concorrência. Minha sugestão é o governo não tirar totalmente a autonomia da Petrobrás, porém, ter um controle, para que esses reajustes se torne MENSAS.
Cidadão	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A e CONSUMIDOR	Rodrigo Pacheco de Oliveira	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realizar estudo acerca dos modais de Transporte que atendem o sistema nacional, diversificando as formas de atendimento aos produtores e consumidores internos; 2) Verificar a possibilidade de aumentar a capacidade produtiva das unidades operacionais de refino no parque industrial brasileiro, aumentando a produção interna e consequentemente gerando empregos no país; 3) Realizar estudos no sentido de verificar quais são os principais consumidores de combustível fóssil no país e promover incentivos fiscais para aqueles que atenderem metas de redução de consumo, consequentemente contribuindo para o meio ambiente; 4) Utilizar tabelas diferenciadas de recolhimento fiscal para consumo de derivados com caráter social (Ex.: GLP para cozinha, gasolina consumida por pessoas físicas) 5) Estimular o consumo de combustíveis de energia renovável.
Político	CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL - VEREADOR – PSB – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL 2018	ALBERTO MENEGUZZI	<p>Utilizo essa consulta pública da ANP para expor a situação em que Caxias do Sul está inserida, se tratando dos preços dos combustíveis praticados pelas revendas. Em julho de 2017 protocolei, depois de fazer consulta junto a ANP e receber a resposta de que nada impediria essa ação, Projeto de Lei Complementar que obrigava os postos a divulgarem, com 36h de antecedência, os percentuais e valores a serem majorados ou reduzidos. A partir disso, recebi visita do Sindipetro da região, pedindo que eu retirasse a proposição, visto que não podiam informar a composição dos preços praticados pelas distribuidoras, sob pena de processo. No entanto, não fiz a retirada. O que me intriga, além dessa política perversa de preços da Petrobras, que reduz o refino no Brasil e aumenta a exportação, além de comercializar o Pré-Sal, é que os comerciantes, logo que há o anúncio do reajuste para cima, remarcam os preços das bombas imediatamente. Quanto acontece a redução, isso não é visto com a mesma rapidez. Sabemos que isso acontece porque o mercado é livre, mas a ideia do projeto é, justamente, ser democrático e garantir os direitos do consumidor, além de evitar preços abusivos e propagandas enganosas. Além disso, sugiro que a política de preços seja revista e exista uma maior previsibilidade sobre os preços, como o governo federal se viu obrigado a implantar a partir da greve dos caminhoneiros com o óleo diesel. Por fim, se é difícil mudar a política de preços, porque o mercado externo é flutuante, que o governo federal, a ANP e a Petrobras desenvolvam um modelo que priorize o consumo do etanol, que é produzido em larga escala no país. Temos grandes canaviais e podemos ser autossuficientes no consumo de etanol em mais de 80% da frota brasileira. Com isso, dependeríamos em menor escala do mercado externo. Somente a título de informação: desde 08 de dezembro de 2017, meu gabinete produz um levantamento semanal dos preços praticados pelas revendas. Nesse período, o preço mínimo da gasolina comum nas bombas variou R\$ 0,97, saindo de R\$ 3,859 e chegando em R\$ 4,829.</p>

Cidadão	PETROLEO BRASILEIRO S/A -	JOAO PAULO RIBEIRO MAIA	<p>Propostas para redução do preço final na bomba de combustível dos postos:</p> <p>1- Permitir urgente a implantação de postos de autosserviço e/ou mistos;</p> <p>2- Simplificar a tributação para apenas 1 tributo federal flutuante (1% a 15%) com incidência apenas no preço de venda ao consumidor final e distribuição igualitária entre estados e municípios. O governo federal já recebe royalties e tributos na produção do principal insumo (petróleo). Tal tratativa já é utilizada em diversos países.</p> <p>3- Permitir a importação individual de derivados reduzindo a atividade de atravessadores que se dizem hoje distribuidores de combustíveis.</p> <p>4- Permitir a flutuação do preço de venda na bomba dependendo da quantidade a ser adquirida pelo consumidor final. Isso já é feito em alguns países.</p> <p>5- A quantidade de postos no Brasil já é grande e o problema não é concorrencial, mas sim há cartelização escancarada nos grandes centros urbanos e até mesmo ameaças entre donos de postos que não seguem o “regramento”. Extinguir sindicatos patronais do setor de postos de combustíveis onde forem identificadas verdadeiras “máfias”. Esse papel deve ser dado a ANP e não somente executar pesquisas de médias de preço.</p> <p>6- Extinguir ICMS, PIS, COFINS, CIDE, IR, CSLL, etc.. da cadeia produtiva dos derivados para incentivar o setor durante 20 anos. Incentivar a implantação de mais refinarias no nordeste e norte do país buscando o aumento de escala e redução dos preços.</p>
Cidadão	Não citou	Paulo Cesar Rodrigues Galvao	<p>O Ajuste do combustível deve ser feito anualmente respeitando a classe trabalhadora de todo o país reduzindo a alíquota dos seguintes impostos (PIS/COFINS/ICMS) em cima dos combustíveis. Já que a população paga os mesmos impostos em cima de toda as mercadorias e serviços adquirido pelo cidadão brasileiro.</p> <p>Sendo que uma redução nesses três impostos (PIS/COFINS/ICMS) obrigaria a classe dos revendedores de combustível a baixarem o preço do combustível, já que os mesmos usam como pretexto para sempre manterem o preço dos combustíveis alto o valor elevado desses tributos.</p>
Cidadão	Financista aposentado	Jorge Fernando Perez Gimenez	<p>Prezados, me vejo na obrigação de colocar alguns pontos referentes ao preço de combustível no Brasil. Por termos uma moeda fraca frente ao dólar, constantemente o Bacen tem que intervir no mercado fortemente, criando um preço artificial do dólar naquele dia, portanto preço diário de produtos, mesmo com cotação em dólar não cabe em nossa sociedade. Outro ponto é a questão de redução de preço na bomba quando a Petrobras baixa o combustível, pois normalmente não sofre alteração na bomba, pois o empresariado brasileiro não possui a ética de reduzir preços, mesmo baixando na refinaria. O preço da Petrobras pode ser feito muito bem mensalmente sem risco e prejuízo, pois negócios empresarias e balanços feitos sempre dentro do mês não gera prejuízo até porque 70% (salvo engano) é produzido em real e vendido em real. O brasileiro nunca irá aceitar esta situação de preço diário pois ninguém nestas condições, consegue formar preço para o seu produto, principalmente aqueles que dependem de longo transporte. Existe inúmeras maneiras de formar preço para os produtos da Petrobras, mas este utilizado não é o melhor caminho.</p>
Transportador	JURI – Comércio Ltda	Julio Cesar Bonetti	<p>Para um melhor planejamento e evitar perdas de lucratividades, sugiro os prazo abaixo para reajuste de preços de combustíveis:</p> <p>Diesel – 60 dias Gasolina – 30 dias Álcool – 30 dias Gás de Cozinha – 90 dias</p>

Transportador	Carbonífera Belluno LTDA	Fernando de Sousa de Moraes	<p>Hoje vivemos em um país de incertezas, porem não muito difícil de se prever o que vai acontecer caso não haja mudanças imediatas.</p> <p>Hoje o que realmente precisamos é aula de " ECONOMIA ", desde o primário, precisamos do apoio de todas as empresas e principalmente as de petróleo cuja são as mais poderosas do país (exemplo DUBAI) para iniciarmos um projeto de alfabetização financeira.</p> <p>Não é aumentando ou diminuindo valores que vai resolver o problema, uma vez que o imposto é um absurdo e o salário mínimo mal acompanha as mudanças que temos em valores.</p> <p>Sugerimos que, seja avaliado o que acontece em nosso PAIS, aliás não somos autossuficientes em petróleo ? Por que temos que acompanhar mercado externo? Por que damos mais valor ao "estranho" do que ao nosso povo?</p> <p>Os postos aproveitam e repassam o valor da forma que querem, sem fiscalização suficiente para inibir isso.</p> <p>Precisamos que as empresas de petróleo nos ajudem.</p> <p>Não ao preço abusivo.</p>
Cidadão	DESIGNER GRÁFICA	DENIVALDO ROSA CARVALHO	<p>PENSO QUE O MAIS CORRETO É INDEXAR O AUMENTO DO COMBUSTÍVEL AO SALÁRIO MÍNIMO BRASILEIRO; AUMENTO NA MESMA PROPORÇÃO, UMA VEZ AO ANO.</p> <p>CASO CONTRÁRIO, INDEXAR O SALÁRIO MÍNIMO AO DÓLAR, JÁ QUE A PETROBRAS, SEGUE O PREÇO INTERNACIONAL DO BARRIL, PARA QUE A POPULAÇÃO NÃO SOFRA TANTO AS CONSEQUÊNCIAS DESTES AUMENTOS ABUSIVOS.</p>
Cidadão	Mototaxistas de queimados	Rejan do nascimento	<p>Sou Mototaxista da cidade de queimados conforme lei municipal 1087, Venho por meio desta solicitar a redução do preço do combustível para R\$0,49 (quarenta e nove centavos) "no posto " para que o preço da passagem do mototaxi passe de R\$4,00 para R\$1,00.</p> <p>Essa redução de preço gerará acessibilidade para os consumidores de gasolina , como para os clientes do mototaxi, fazendo com que mais pessoas possam abastecer e fazendo com que mais pessoas possam andar de mototaxi, aumentando assim o giro de capital para todas as pessoas e empresas relacionadas a ANP e as pessoas relacionadas ao mototaxi , gerando assim desinflação no país e aumentando o poder aquisitivo, e aumentando a taxa de emprego.</p>
Cidadão	W.agostini representações	Celiane	<p>A gasolina está sendo reajustada com muita frequência, na minha opinião deveria ser ajustada junto com o aumento de salário com porcentagem de aumento justo para a população</p>
Cidadão	Não enviou no padrão	Nelie Venturini	<p>Abusivos os aumentos de preços. Poderiam ser pelo menos a cada 6 meses</p>
Cidadão	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - Assistente de Promotoria	Peragíbio Moraes Castro	<p>Embora sabedor da necessidade de ajustes de combustíveis em face da variação cambial do dólar no mercado internacional penso que, os repasses ao consumidor, deveriam ser semestrais, em decorrência de que reajustes com prazo inferior fazem com que haja dificuldades no controle orçamentário do consumidor que é quem realmente arca com os repasses e que em sua grande maioria não sofre reajustes salariais de acordo com a variação cambial, o que justificaria, se assim o fosse, o repasse diário, semanal ou mesmo mensal do preço dos combustíveis ao consumidor final.</p>
Cidadão	Grecco Net Informática	Alexandre Grecco	<p>Hoje é um absurdo o valor do combustível por litro, sendo que nos países vizinhos é vendido abaixo de R\$ 2,00.</p> <p>Lembro anos atrás que com R\$ 20,00 lá meados do ano 1997/98 até 2002 com o valor de 20 reais dava mais de meio tanque de gasolina isso num Opala Comodoro, eu ia todo fim de semana para Praia Grande e voltava para capital de São Paulo e ainda tinha gasolina para rodar a semana toda. Já hoje com R\$ 50,00 não chego nem perto da praia, isso é um absurdo.</p> <p>O governo corrupto que temos hoje não tem tantos motivos para colocar tantos impostos seja lá em que for, seja na gasolina, Etanol, Diesel, Gás de cozinha, tarifa de ônibus, IPTU seja o que for.</p> <p>Eu sou a favor de reajuste anual para o combustível, mas claro que vcs puxa saco vai dizer que é impossível, mas fazer reajuste anual de salário mínimo pode né?</p> <p>Mas como vcs não vão fazer reajuste anual, não largo mão de reajuste a cada 90 dias.</p>

Cidadão	Particular	Ricardo Folador	<p>Não existe a possibilidade do trabalhador programar seu orçamento com esses ajustes diários de preço.</p> <p>Além do mais, o valor cobrado do consumidor final é absurdo.</p> <p>Gasolina saindo por R\$ 2 na refinaria e sendo cobrado em média R\$ 4,60 na bomba?</p> <p>A Petrobras é majoritariamente estatal, então deveria planejar suas ações no mínimo pensando em não massacrar a sociedade.</p> <p>O reajuste de preços deveria ser no mínimo de forma mensal. Mas o governo não pode encontrar uma forma de compensar possíveis perdas onerando ainda mais o povo em geral. Deve cortar da própria despesa, enxugando a máquina pública, a qual está inchada há anos.</p>
Cidadão	Particular	Paulo Jose	<p>Achei muito ruim o método usado para colher as opiniões dos cidadãos sobre este assunto.</p> <p>Ao invés de enviar um e-mail, por que nao um formulário direto no site. Além de mais prático seria muito mais fácil a contabilização das sugestões.</p>
Cidadão	AUTONOMO – VENDAS DE FIOS TEXTEIS	CARLO AUGUSTO DE SOUZA LANDI	<p>Neste país de dimensões continentais enormes e que basicamente o transporte de produtos para cada cidade é feito quase que 100% por transporte rodoviário, acredito que as variações de preços nos combustíveis deveriam ser a cada 90 dias, pois assim os caminhoneiros e as empresas de transportes teriam um custo mais estável, considerando pontos de partida e chegada de um determinado local. Esses 90 dias poderiam gerar uma média ponderada mais real e não tão variável nos custos dos combustíveis, a serem repassados ao consumo, tanto para cima, como para baixo!</p> <p>Acredito também que a venda da Petrobras (monopólio no Brasil) à iniciativa privada mundial e a abertura de novas empresas do setor de petróleo e combustíveis ao mercado brasileiro, poderia gerar uma concorrência mais real e levar preços melhor ao consumidor final. Desta maneira, evitam-se também as influencias e interferências negativas da politica brasileira sobre uma empresa que interfere diretamente sobre os preços dos produtos produzidos neste país!</p>
Cidadão	Particular	André de Castro Milone	<ul style="list-style-type: none"> • Minha sugestão principal é que a Petrobrás volte a priorizar o refino do petróleo para produção do diesel e gasolina de modo a reduzir drasticamente a importação destes dois derivados, que atualmente estão em 80% e 10% do que é consumido no Brasil respectivamente em diesel e gasolina. Consequentemente, os preços no Brasil ficarão cada vez menos dependentes dos preços no mercado internacional seja destes dois derivados seja do petróleo em si. Maior refinamento interno (baseado em custos reais) e menos importação deveria ser o lema da Petrobrás. • Enquanto não se diminua drasticamente a importação de diesel e gasolina, o Governo Federal precisaria subsidiar principalmente o diesel a fim de movimentar a economia interna e de exportação além da geração tanto de empregos diretos entre motoristas autônomos e contratos por empresas como também de empregos indiretos. • A periodicidade da remarcação dos preços dos combustíveis deveria ser semestral ou anual, independente do modelo de produção/importação. Lembremos que os salários dos consumidores e caminhoneiros tem reajustes anuais. • Outra sugestão é que a Petrobrás siga os preços internacionais d petróleo de acordo com a proporção entre o montante produzido no Brasil e o montante importado. Por exemplo, se a importação da gasolina equivale a 10% do consumo interno, então somente 10% da variação do preço do barril do petróleo poderia ser aplicada ao reajuste do preço da gasolina no Brasil.
Cidadão	Particular	Donizetti Fernandes da Silva	<p>Gostaria que pudesse ser revertido está política de preços dos combustíveis, pois está política é incomparável com a realidade do nosso país.</p> <p>Caso não seja possível a reversão, então que pelo menos os reajustes possa ser mensal, bimestral ou até mesmo semestral para que a população não seja tão afetada como está sendo atualmente.</p>
Revendedor	REDE DE POSTOS TONIN	MARTA ELISETE KAMPHORST CONDE	Estabelecer o período mínimo para reajustamento do preço do Combustível Gasolina a cada 30 dias.
Revendedor	Auto Posto Industrial – EPP	Annelise Simões Tonin	Estabelecer um período mínimo de 30 dias para reajuste dos preços da gasolina.
Transportador	REAL RODOVIAS DE TRANSPORTES COLETIVOS S.A.	PAULO ALBERTO DIAS JUNIOR	<p>Sugiro que as alterações de preços do óleo diesel sejam realizadas bimestralmente, juntamente com o leilão do biodiesel, assim facilitando a previsibilidade no momento de aquisição.</p> <p>Sugiro que as informações do leilão do biodiesel sejam acessadas de forma mais facilitada, permitindo assim uma dinâmica maior na negociação no momento da aquisição do óleo diesel.</p>

Transportador	Dlog Transportes Ltda - ME	José Evanildo da Silva	<p>É muito difícil hoje a gente entender esse método de reajustes nos combustíveis, no meu entender deveria ser feito, anualmente baseando-se no índice de inflação, como é feito o reajuste do salário mínimo, por que nunca vi uma empresa que são os donos que ficam com o prejuízo, ou seja a cereja do bolo sempre vai para os acionistas, tudo bem que tenham lucros, afinal de contas ninguém investe para perder, mais que pelo menos os reajustes caiam na realidade do povo brasileiro, como todos nós sabemos, os combustíveis são os gatilhos que disparam tudo, portanto, se tudo relativo a metas, o governo atrela a inflação, por que não fazer isso com os combustíveis.</p>
Cidadão	MTPA – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	Patrícia	<p>Diante da crise atual, é importante a adoção de medidas para que o país não seja refém do transporte rodoviário e também das oscilações do petróleo, assim sugiro:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Investimento no transporte ferroviário com trens elétricos como ocorre nos países europeus; 2- Incentivo à importação e à produção nacional de carros e caminhões elétricos; e 3 - Incentivo à importação e à produção nacional de baterias de íon lítio. <p>Dessa forma, será possível prevenir situações similares à atual.</p> <p>Outra sugestão mais imediatista seria um acordo com países vizinhos para recepção de combustível e insumos básicos para hospitais por meio de aeronaves com autonomia de voo para chegar aos principais aeroportos do país.</p>
Consultoria	Westhoff Consultoria Empresarial Ltda, EPP	Carl J. Westhoff	<p>Ao invés de reajustar o preço de acordo com as cotações do dia anterior, como vem sendo feito pela PB, reajustar diariamente, mas com base na 'média móvel' das cotações anteriores, digamos dos 30 dias anteriores. Isto suaviza a curva, eliminando sobressaltos para os consumidores e o resultado financeiro para a PB, na média, será o mesmo:</p> <p>Um aumento súbito fica diluído pelos próximos 30 dias e uma redução vai sendo reconhecida também nos próximos 30 dias, 'pagando' pela demora em reconhecer o aumento prévio. Havendo necessidade de intervenção governamental, esta será somente para cobrir as diferenças de preço entre as temporadas de subida de preços e de descida, não será 100% de subsídio.</p> <p>O gráfico abaixo mostra como teriam sido os aumentos recentes, se tivessem sido pela média móvel. Os aumentos poderiam ser administrados pelos consumidores por margens em seus orçamentos. A propósito:</p> <p>Uma constatação que fica, é que com a política de impostos e contribuições sendo um porcentual do preço do produto, o Governo fica sendo sócio da especulação com o Dólar e com o preço do barril de petróleo: se o preço na refinaria sobe um (1) centavo, o preço subirá na bomba aproximadamente dois (2) centavos. Na realidade o contribuinte pagará mais imposto pelo mesmo produto; pelo mesmo benefício que o produto lhe proporciona.</p> <p>Para uma política de preços variáveis atrelados a fatores exógenos, os impostos e contribuições deveriam ser um valor fixo por unidade do produto</p>

Consultoria	AIM	Milton Romeu Franke	<p>Considerando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que os preços dos derivados no Brasil são livres; 2. Que o Refino é concentrado na Petrobras, mas as importações de petróleo e derivados são livres, o que introduz certo nível de competição na oferta; 3. Que as 12 refinarias existentes no país estão localizadas nas proximidades da linha de costa, com terminais específicos para a unidade, não acessíveis aos importadores; 4. Que a capacidade de refino instalada não permite atender a todo o consumo de derivados, especialmente diesel e nafta petroquímica; 5. Que a Distribuição, onde os distribuidores formulam os combustíveis de acordo com a Lei (e.g. mistura de álcool anidro e ecodiesel) é competitiva com cerca de 300 distribuidoras ativas no país; 6. Que a oferta de derivados com que contam os distribuidores, mesmo com as importações livres, é dificultada pela ausência (pouca oferta) de terminais e capacidade de estocagem; 7. Que a revenda (postos) é competitiva com empresas que operam com determinada bandeira (e.g. Petrobras BR, Shell, ...) e um número crescente de postos que adotam "bandeira branca" (adquirem os derivados de fornecedores com menor preço); 8. Que o Brasil é um país continental, com consumidores nas áreas mais longínquas do país, especialmente ativas na produção de soja, milho e outros produtos agrícolas; <p>Chegam às seguintes conclusões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Existe liberdade de importação de derivados mas o processo de importação ainda exhibe considerável complexidade; 2. Os procedimentos e negociações para disponíveis aos distribuidores e donos de postos para receber e comercializar os derivados é complexo e demorado; 3. Finalmente, que existe uma limitação na logística envolvida na produção e oferta de derivados no país que precisa ser considerada pelas partes nos reajustes de preços - a decisão da Petrobras de ajustar todo dia os preços dos derivados produzidos, aparentemente, não se coaduna com os prazos exigidos aos distribuidores e donos de postos. <p>Sugerimos o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ouvir as três/quatro partes da cadeia de produção, importação, acabamento e transporte dos derivados no país, especialmente nas porções mais afastadas da linha de costa; 2. Estabelecer um período de ajuste que seja adequado às partes.
Cidadão	usuaria	Cristiane Mantovani	<p>Acho que o repasse e aumento nas bombas de combustíveis deveriam acontecer no máximo cada 6 meses subindo no máximo 0,05centavos o litro pois os postos sobem mais que o repassado a eles então acabaríamos pagando entre 0,08 e 0,10 centavos a mais cada litro cada 3 meses visto que meu salário está congelado a 4 anos. Fora que 80% dos postos vendem gasolina adulterada!!</p>
Cidadão	Particular	SÉRGIO AUGUSTO TORMENA	<p>Reajuste deve ser diário Inobstante haver pressão de alguns setores da sociedade, para estabelecimento de prazos mínimos para reajuste de preços dos combustíveis, é evidente que os reajustes devem acompanhar a variação dos custos de produção/importação. Se a Petrobrás precisa comprar um óleo mais leve lá fora - pagando preços que variam diariamente no barril, e em uma moeda que também varia diariamente em virtude do cambio flutuante adotado no país -, para poder refinar, não há como adotar outra política de reajuste sem que acarrete prejuízos à estatal, e ao Governo controlador. A Petrobrás pode perder dinheiro, diariamente, tanto no caso do preço do barril de petróleo e do dólar subirem - teria que vender combustível abaixo do custo de produção -, quanto no caso de caírem - os importadores venderiam mais barato que ela, reduzindo seu marketshare, e consequentemente suas receitas. Prejuízos para estatais são prejuízos para todo o povo, visto que o Governo é seu principal acionista. Assim, qualquer periodicidade de reajuste que não acompanhe as variações diárias do petróleo, e do dólar, é potencialmente lesiva à Nação.</p>
Cidadão	Particular	Rildo Marcos Guarda	<p>Primeiramente, em se tratando de combustíveis (alcool, gasolina e óleo diesel), é um produto de extrema necessidade, o que nós brasileiros somos autossuficientes na produção, refino e transporte, portanto, produção própria nos torna autossuficientes no setor, o que para o consumo, nos traria uma comodidade quanto ao preço dos referidos produtos, e o mercado nos torna reféns da taxaço dos mesmos, estando o Governo (anp) acovardado nesta política desuma dos preços.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gasolina R\$ 2,00; - Óleo diesel 1,75; - Alcool 1,75; - Gás de Cozinha R\$ 35,00

Cidadão	Particular	MARIO ALBERTO GHISLENI	<p>Sugiro para o reajuste dos combustíveis a periodicidade trimestral, ou seja a cada três meses, pelos motivos abaixo:</p> <p>-o reajuste devera ser efetuado com base em formula paramétrica considerando os custos da empresa, com extração e refino pleno dos combustíveis em reais e considerar uma margem de contribuição de 50 a 70% tomando como base os preços praticados no mercado internacional;</p> <p>-um país, sua economia e a sociedade não pode ficar refém de uma empresa, ainda mais, uma estatal, que indexa e dolariza seus preços. Não podemos concordar com essa indexação de preços ao mercado internacional, pois lutamos muito pela desindexação da economia;</p> <p>-o sistema de reajuste de preços atual desorganizou todo sistema: refinaria, distribuidora e postos, sendo que os aumentos de preços chegavam aos postos, mas quando houveram reduções, estas ficavam no caminho;</p>
Cidadão	Centro Científico Conhecer	Estevão Julio Walburga Keglevich de Buzin	<p>Os reajustes dos combustíveis devem ser diários. A Petrobrás deve ter autonomia na realização dos reajustes.</p>
Cidadão	Particular	Cidadão Carneiro	<p>O Brasil possui uma empresa estatal petrolífera, isto é estratégico para nossa economia, e ela deve servir ao povo brasileiro.</p> <p>A atual política de preços da Petrobras é criminosa.</p> <p>Como pode a Petrobrás precificar seu produto, que possui um custo próprio de produção, utilizando como referência o preço internacional? A grande parte dos combustíveis ainda é refinado internamente, a custos próprios de extração e refino.</p> <p>E não vejo a falta de concorrência no mercado como a causa do elevado preço de combustível no Brasil. Esse preço final se deve primeiramente a elevada carga tributária, mas também a deliberada precificação conforme os preços internacionais.</p> <p>Assim, temos duas frentes para levar até o consumidor um preço justo dos combustíveis que alimentam nossa cadeia de transportes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Redução da carga tributária: que no atual momento de crise financeira ainda é completamente custosa a outros setores. 2. Estipulação do preço conforme os custos internos da Petrobras, e ninguém sai perdendo desta forma. Pelo contrário. Estimulamos e muito nossa economia com o barateamento dos custos de transporte. <p>Não será a concorrência que trará a diminuição dos preços, porque com a alta do dólar, com a alta do preço internacional do petróleo e com a elevada carga tributária com ou sem concorrência, o preço é esse aí mesmo.</p> <p>Por favor, a Petrobras é motivo de orgulho nacional.</p> <p>Precisamos coloca-la em linha com um projeto de desenvolvimento do nosso país. Dessa forma TODOS, sem exceção, ganharemos.</p> <p>Obrigado.</p>

Cidadão	Particular	Danilo Meira	<p>Gostaria de oferecer minha contribuição para a formação dos preços dos combustíveis. Ocorre que a atual fórmula, infelizmente, não prima pela transparência ao consumidor final que, de forma justa, não entende o porquê de pagar R\$ 4,30 em um combustível que sai a R\$ 1,96 das refinarias.</p> <p>Por isso minha sugestão consiste em:</p> <p>1 - Manter o anúncio público do preço do combustível nas refinarias.</p> <p>2 - Definir uma fórmula de cálculo dos tributos (todos), de forma a não superar 30% do preço final somados tanto os impostos estaduais quanto federais.</p> <p>3 - Limitar o lucro de distribuidores e postos, por meio de uma fórmula de cálculo disponível ao público, de forma que todos os custos para o consumidor final não superem 80% do valor da refinaria</p>
Cidadão	JORNAL DIÁRIO DE SOROCABA e pessoa física do jornalista	JOSÉ URUBATAN CARVALHO VIEIRA	<p>Penso que reajustes ou reduções poderiam ocorrer em 30 dias ou mais , para que o brasileiro possa prever o quanto vai gastar em combustível. Milhões de brasileiros utilizam seus veículos para o trabalho e outras atividades.</p> <p>Mesmo assim, o governo deve encontrar um meio de fiscalizar os preços nas bombas, porque nessa experiência de reajustes, muitas vezes, diários, o que se vê é que os senhores proprietários de revendas ou postos, não repassam jamais as reduções e apenas os aumentos de preços que nesse caso , minutos após a divulgação vão para às bombas. Nesse caso, o prejuízo do brasileiro que já enfrenta IPVA alto, radares e câmeras virou o bode expiatório da arrecadação de impostos. Não é segredo para ninguém que os pesados reajustes de combustíveis, em um País que informa que a inflação foi de apenas 3% em 12 meses, e os combustíveis sobem até 50% nesse período, algo está errado em especial quando salários sobem 2%. O dono de Posto de revenda de combustíveis no Brasil são mal acostumados, para não dizer desonestos. Mesmo sabendo por exemplo, que R\$ 0,46 no caso do Diesel não lhes pertence, o mesmos aqui mesmo em Sorocaba, ainda que uma minoria reduziram os preços em 10%. Então penso que os período de reajuste ou reduções devem ser de no mínimo 30 dias e mesmo assim, com fiscalização de donos de postos; .Obrigado. Jornalista Ubiratan Vieira, MTb 20.832.</p>
Cidadão		MARCIAL MARTINS GOMES	<p>BOA NOITE A TODOS SEGUE MINHA SUGESTÃO SOBRE O PRAZO PARA REAJUSTE DOS COMBUSTÍVEIS NO BRASIL, LEVANDO EM PLENA CONSIDERAÇÃO NOSSA ATUAL CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ACREDITO QUE O IDEAL SERIA O PRAZO DE 6 MESES, OU SEJA DOIS AUMENTOS ANUAIS PARA A CORREÇÃO DOS PREÇOS E QUE O ÍNDICE SEJA BASEADO NA NOSSA CAPACIDADE ECONÔMICA UM ÍNDICE JUSTO E REALISTA DA ATUAL ECONOMIA BRASILEIRA.</p> <p>PS: REDUÇÃO URGENTE DO ÍNDICE DE 28% DE ALCOOL ANIDRO NA GASOLINA PARA 22% RESULTADO AUTOMÓVEIS MAIS ECONÔMICOS MENOR PROCURA PELO PRODUTO É IGUAL A PREÇO MELHOR.</p>
Cidadão	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Christian Rodrigues da Costa	<p>Por meio desta oportunidade apresento a sugestão de considerar 6 meses ou 9 meses como prazo mínimo para reajustes, uma vez que esses representam 2 e 3 trimestres respectivamente. Como a empresa divulga balanços a cada trimestre, ela teria tempo para observar se a medida surtiria efeito nos resultados dos balanços, enquanto a população e empresários teriam tempo para se organizarem financeiramente.</p> <p>Para que os ajustes não desencadeassem paralisações, eles não poderiam ser muitos ou frequentes, e deveriam ser anunciados com 30 dias de antecedência.</p> <p>Vale lembrar que a população recebe salário e paga conta a cada 30 dias.</p> <p>O combustível e seus derivados não podem ser dolarizados. Não deu certo com a Argentina, nem daria aqui.</p>

Cidadão	Particular	Pedro Vier	<p>Acredito que a população anseia por preços menores de combustíveis, porém à que custo? Não devemos retirar dinheiro de escolas, hospitais, segurança pública para simplesmente termos um subsídio à precificação do combustível.</p> <p>Portanto minha sugestão é a de se preservar o livre mercado, porém tendo como opção a contratação de hedges financeiros contra a alta de combustíveis.</p> <p>Assim como a Petrobrás pode-se fazer uso de proteção de risco contra a baixa/alta do petróleo via tomada de contratos de compra/venda futura.</p> <p>Sugiro à criação de contratos via BMF ou outro tipo de bolsa, mesmo que governamental de contratação de contratos de compra/venda, via contratos de entrega futura e derivativos financeiros de compra e venda destes, para os produtos: Gasolina A (a qual possui o código RBOB na bolsa CME), Etanol, Diesel, e quem sabe até Petróleo diretamente.</p> <p>Porém esta sendo garantida pela Petrobrás, ou seja, teríamos uma contra-parte vendedora que garantiria a execução destes contratos, ou seja, a Petrobrás.</p> <p>Desta forma o governo auxilia no fomento do livre mercado, dando garantia de travamento de preços por qual parte quer que seja.</p> <p>Acredito que a maior demanda dos movimentos pró-caminhoneiros não era pela baixa do combustível, mas sim por margens melhores. O problema é que possuímos uma economia em tímida recuperação, que teve um grande incentivo para a compra de veículos e implementos de carga à anos atrás, e que com esta alta dos combustíveis/petróleo, viu suas margens diminuírem substancialmente, parte pela alta dos custos parte pela concorrência entre as transportadoras/caminhoneiros, que com a crise de 2015 viu a demanda por este serviço cair significativamente.</p>
			<p>(continuação) Minha sugestão é, através de Hedges financeiros fomentar aquele empresário/caminhoneiro, que busca a eficiência operacional, a redução de custos e otimização de recursos, poder fechar um contrato de fornecimento de serviços por 1, 2, 12 meses ou até anos, caso ache conveniente, com um custo de combustível (que representa algo como 70% do custo total de frete) fechado.</p> <p>Vindo este à garantir suas margens de operação e poder focar no que lhe compete, que é prestar um serviço logístico com eficiência.</p> <p>Vale a busca por informações sobre os contratos de combustíveis internacionais:</p> <p>CME:RBOB (gasolina) CME:EH (etanol) CME:NG (gás natural)</p> <p>Porém acredito que deva ser um contrato "Deliverable" ou seja, caso a contra parte contratante (comprador) deseje retirar, o mesmo pode estar disponível (FOB refinaria, FOB via distribuidora, algo neste sentido). Para assim o preço futuro poder ser vinculado ao físico.</p> <p>Acredito que o principal papel do estado deveria ser o de promover a competição entre os produtores, para assim assegurar a melhoria de preços e serviços aos cidadãos.</p>
Revendedor	Auto posto j Bomfim Ltda	Jose Bomfim de Souza cruz	<p>Minha sugestão como pequeno empresário que vem sofrendo com essa politica de reajustes diários de combustíveis, é que os mesmos, ocorra num prazo mínimo de 45 dias. Acredito ser um prazo razoável, diante do nosso momento de inflação estabilizada.</p> <p>Nesse prazo há tempo suficiente para um melhor planejamento interno das pequenas empresas nos seus fluxos de caixa, que vem sendo muito prejudicado.</p>

Cidadão	Particular	TÂNIA RAQUEL DO NASCIMENTO	<p>SUGIRO QUE O PREÇO DO COMBUSTIVEL SOFRA REAJUSTES TRIMESTRAIS E JUSTUS, OU SEJA, ACOMPANHANDO A INFLAÇÃO VIVIDA NO PAÍS, NÃO SOU RESPONSÁVEL PELO ROMBO NA PETROBRAS E NÃO TENHO QUE PAGAR CARO POR ISSO.</p> <p>PARA ABASTECIMENTO DOS VEICULOS LEVES OU PESADOS, AS DESPESAS AUTOMATICAMENTE SERÃO COMPENSADAS EM OUTROS GASTOS, ISTO É DEIXARÁ DE CONSUMIR DE UM LADO PARA COMPENSAR O OUTRO LADO. ESPECIALMENTE QUANDO O USO DO MESMO FOR NECESSÁRIO, DIÁRIO.</p> <p>VEJA O MEU CASO MORO EM CURITIBA E TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA.</p> <p>CONTO COM O BOM SENSO DE TODOS, PARA RETOMARMOS O CRESCIMENTO/DESENVOLVIMENTO DO NOSSO PAÍS E DE TODO POVO BRASILEIRO, QUE ESTÁ PAGANDO PELA DESONESTIDADE DE NOSSOS REPRESENTANTES.</p>
Cidadão	Particular	Batista dos Santos	<p>Bom dia. Com todo respeito à ANP e demais órgãos governamentais diretamente ligados com a política de preços de combustíveis no Brasil deixo aqui uma consideração , digo que até seja desnecessária por ser de amplo conhecimento de V.Sas. Tratem o assunto com coragem e franqueza perante o povo brasileiro. Não é o preço do derivado de Petróleo que é caro no país. V.As. sabem muito bem que o problema do encarecimento é dado em função da alta tributação. PETROBRAS é uma Empresa de economia mista. Os acionistas investem como investem em todas as empresas que detêm ações na Bolsa. Ninguém compra ações para ter prejuízo e/ou ficar fazendo papel de ONG para atender interesses do Governo. O foco não é o preço do derivado vendido pela PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS. O problema está na incidência de impostos até o produto chegar na bomba, ao consumidor.</p> <p>Mas deixo uma sugestão. Jamais fui de fazer crítica sem deixar uma sugestão.</p> <p>É preciso que haja uma profunda revisão na política fiscal do país. É factível , também, rever a tabela de tributos sobre todos os produtos industrializados / comercializados no país. Por exemplo, é possível reduzir um percentual de 20% dos tributos incidentes sobre derivados de petróleo, hipoteticamente, e rsescalonar a tabela de tributos sobre outros produtos, PRINCIPALMENTE OS SUPÉRFLUOS, de forma a compensar a redução hipotética que incidirá na redução do preço dos combustíveis.</p> <p>O combustíveis é o produto de primeira necessidade. É o produto básico para mover a economia. De outra parte, cigarros, carros de passeio, bebidas, brinquedos, serviços de diversão, lazer, entretenimento, produtos de beleza, etc... não têm o mesmo peso na mola propulsora da economia e do desenvolvimento.</p>
Cidadão	Josel Cobranças Ltda.	Bruno L. Rosa	O preço teria que sofrer um ajuste mensal no fim do mês, e as distribuidoras e postos teriam que ter mais fiscalização da política de preços.
Cidadão	Particular	Paulo Roberto Pereira	<p>Minha sugestão é deixar o mercado funcionar.</p> <p>Se o dólar aumentar ou diminuir e/ou se o preço do petróleo aumentar ou diminuir, deixem que esses aumentos sejam repassados para os preços dos combustíveis.</p> <p>Por sua vez, os caminhoneiros devem repassar o aumento ou redução do combustível para o preço do frete, e o contratante de frete para os preços ao consumidor.</p> <p>Quanto mais o Governo interferir é pior.</p> <p>Deixem o mercado funcionar livremente.</p>
Cidadão	Particular	Não citou	A sugestão seria a obrigatoriedade de repasse de preço a uma porcentagem justa dos postos de combustíveis.

Cidadão	Particular	MÁRCIO JOSÉ PAULINO	<p>Trabalho numa fabricante de veículos, e nosso departamento tem a função de compra de insumos diretos, e também commodities.</p> <p>Em função do tempo e ciclo operacional dos caminhoneiros, penso que o tempo de reajuste deve acompanhar este tempo.</p> <p>Sabendo que o caminhoneiro tem de 60 a 90 dias para efetivamente receber seu honorário em função dos fretes realizados, o tempo deve prevalecer este.</p> <p>Outra pontuação que gostaria de apresentar, é uma proposta de reduzir as variações cambiais.</p> <p>Criar uma regra de média trimestral por cada trimestre, por exemplo: Média USD 1º trim.(Jan~FEV~Mar) => Aplicação no 2º Trim. (Abr~Mai~Jun) Média USD 2º trim.(Abr~Mai~Jun) => Aplicação no 3º Trim. (Jul~ago~Set) Média USD 3º Trim. (Jul~ago~Set) => Aplicação no 4º Trim. (Out~Nov~Dez) Média USD 4º Trim. (Out~Nov~Dez) => Aplicação no 1º Trim. (Jan~FEV~Mar) do próximo ano.</p> <p>Assim os impactos operacionais serão minimizados pela redução da variação dos valores cambiais.</p> <p>Teremos assim uma maior eficiência operacional em toda a cadeia de suprimentos.</p> <p>Desde a extração, passando pelo refino, pela distribuição, e principalmente nas pontas finais da economia, os postos de combustíveis e os usuários caminhoneiros.</p> <p>Deixo assim minha contribuição para um país mais sustentável.</p> <p>Fico à disposição para maiores esclarecimentos.</p>
Cidadão	Particular	Ivanisio Pinheiro da Silva	<p>por que os preços dos produtos da Petrobrás têm que ser atrelado ao preço internacional, se nós brasileiros ganhamos em real nossos míseros salários? Isto é injusto, só fazem isto pra atender aos interesses dos investidores que estão podres de rico e se lixando pra quem tem que trabalhar duro pra sustentar a família e esta corja de corruptos que estão no poder. o preço justo seria o mesmo que o americano paga nos EUA.</p>
Cidadão	Particular	Marcelo	<p>Gostaria de pedir para que não seja reajustado o valor dos combustíveis, na forma que está sendo feita, com indexação ao dólar...</p> <p>Primeiro que a política cambial, não favorece o público interno neste momento.</p> <p>Segundo que o povo não tem reajuste de salário a todo momento para suportar esses constantes aumentos nos preços dos combustíveis.</p> <p>É preciso que encontre um equilíbrio, do ponto de vista da empresa Petrobras. Mas também na questão da realidade do povo brasileiro, que não aguenta mais tantos reajustes frequentes a qual temos vividos nos últimos meses.</p>
Cidadão	Particular	Newton	<p>O governo tem que abrir espaço para o refino petróleo para outras empresas.</p> <p>E também facilitar a importação dos derivados de petróleo, evitando assim o monopólio da Petrobras.</p>
Transportador	Pioneira Transportes LTDA	Thablo Vieira Sampaio	<p>Creio que ajustes nos combustivel e normal, mais hoje vivemos em um país sem comando algum, tentando terminar o mandato aos trancos e barrancos, os preços praticados em R\$, e baseados a uma politica de preço internacional aonde o DOLAR está todo dia mais caro, o povo em geral com uma moeda defasada, aumentar todo dia ou aumentar todo mês acumulado e a mesma coisa! A ANP poderia obrigar a PETROBÁS a fabricar o combustível para atender o BRASIL em um preço justo, e o que sobrar de petróleo, e combustível vender na política de preço internacional!</p>
Cidadão	Particular	Fernando J. Cardoso	<p>Na minha opinião a política de Preços do Combustível Brasileiro deve ser totalmente revista, o povo brasileiro está cansado de pagar as contas de roubalheira e desvios que foram feitos, não só na Petrobras, mas em diversos órgãos públicos e instituições públicas no Brasil a décadas.</p> <p>O valor final nas bombas tem que se adequar a produção interna do petróleo e derivados no Brasil, pois somos auto suficientes desse produto em nosso País.</p> <p>Não esta certo seguir o mercado internacional e pagarmos o rombo de desvio de recursos financeiros da Petrobrás, como vem sendo feito.</p> <p>O que se produz de petróleo e derivados deve ser passado a custo de produção no valor final nas bombas para os brasileiros, e o que for para exportação ser ajustado ao mercado internacional, para pagar o que deve ser pago de dívida que ficou na Petrobras.</p> <p>Aí sim seria uma forma mais justa!!</p>

Transportador	LOMAR TRANSPORTES	Adilson Marschal	<p>Aumentos diários são prejudiciais para as empresas e sociedade em geral, precisamos de previsibilidade nos aumentos, sem isso as empresas e a sociedade é surpreendida pelas elevações constantes, o que torna mais difícil negociar reajuste em nossos serviços para manter o equilíbrio financeiro da empresa.</p> <p>Nenhum cliente aceita negociar valor de frete com essa variação constante, não tem lógica para a economia brasileira esse tipo de precificação diária.</p> <p>Sugiro revisar preços a cada 90 dias, assim todos os setores podem rever seus custos e aplicar os reajustes necessários para manter o equilíbrio financeiro da empresa. Sem equilíbrio financeiro não há continuidade das companhias, gerando desemprego e desinvestimentos.</p> <p>O combustível/diesel é o pulmão da economia em qualquer lugar do mundo, se ele encarece, a inflação volta com força e prejudica o crescimento do PIB.</p>
Cidadão	Igreja Batista Central em Taubaté	Sebastião Donizetti da Silva	<p>Considerando que o petróleo é uma commodity, o preço é definido externamente, e ainda com interferência do câmbio (alteração do dólar). Mas o petróleo não é a única commodity, o cobre, e outros também são. A empresa que eu trabalho, secularmente, compra tubos de cobre, e as variações da matéria prima e do câmbio resultam em variação do tubo de cobre. Como tratam isto a siderurgia e a indústria que consome tubos? Estabelece-se um gatilho com variação para mais e para menos. Creio que o índice atual é de 5% para mais ou para menos. Até que a variação atinja este índice, o preço fica estável, mas quando aumentos acumulados chegam a mais que 5% o reajuste é aplicado. Quando o preço diminui mais de 5% o preço é reduzido. Claro, que os técnicos devem calcular qual índice de ser o gatilho, considerando o impacto dele nas contas da Petrobrás, mas se bem que, calibrado o índice, as somatórias entre aumentos e reduções, ao longo do tempo, tende ao equilíbrio.</p>
Cidadão	Particular	José Luiz Lanes da Silva	<p>Minha sugestão é que o reajuste dos combustíveis seja no mínimo mensal, pois eu como consumidor só percebi reajuste para cima ???, acredito que os postos não repassem a redução quando anunciada pela Petrobrás devido a nos consumidores não ter uma referência de data para reajuste... Temos que ter uma periodicidade....</p>
Revendedor	Posto Shopping S T Ltda	Norimar Santin	<p>Sugiro que os reajustes sejam feitos a cada 30 dias. Com isso, conseguimos nos programar e fazermos os nossos custos dentro do mês. Pois, na política de reajustes atual está inviável de mantermos nosso negócio. Uma vez que não conseguimos repassar os reajustes diários e os consumidores ficam atordoados com o sobe e desce e a imprensa não divulga a realidade do setor.</p>
Cidadão	Particular	JOEL MOURA	<p>Considerando o grave momento que a economia brasileira vem atravessando, submetendo o povo a enormes sacrifícios para se manter, considerando também, que o país já produz cerca de 80%(oitenta por cento) do petróleo que consome, considerando também, que o nosso país é movido a Diesel e Gasolina, por conta do enorme boicote que foi promovido em cima das ferrovias, tornou o povo refém desse sistema selvagem e devastador do poder aquisitivo do povo.</p> <p>Assim, dessa forma, não é possível aceitar essa política de preços praticadas para o petróleo, principalmente, DIESEL, GASOLINA E GAZ, OS AUMENTOS NÃO PODEM OCORRER COM INTERVALOS INFERIORES A 06(SEIS) MESES, E TAMBÉM NÃO SE PODE ACOMPANHAR O DOLAR, A FINAL, A MAIORIA ESMAGADORA DA POPULAÇÃO NÃO RECEBE EM DOLARES.</p>
Cidadão	Particular	Paulo Machado	<p>O período mínimo para o reajuste do preço de combustíveis deve ser de 12 meses, como nossos salários.</p>
Cidadão	Particular	Ricardo A. Harari	<p>Subsidiar combustível poluente, seja com lucro de empresa pública ou com tributos, o que dá na mesma, irá desestimular a busca da eficiência e a racionalidade no consumo.</p> <p>Manter a ilusão que os preços não flutuam a cada minuto é enganar toda a sociedade que acabará por pagar a conta.</p> <p>Assim a recomendação é deixar a petrobras cuidar dos seus negócios e buscar no médio prazo a privatização e livre concorrência.</p> <p>Já para sanar o problema pontual dos caminhoneiros que impõe sua vontade devido principalmente a incapacidade política e decisões equivocadas do passado, que não são poucas, poderá ser criado o "bolsa diesel":</p> <ul style="list-style-type: none"> - Somente caminhoneiro autônomo terá direito (1 cpf por caminhão em seu nome). - No posto informara seu cpf quando abastecer. A compra será transmitida via e-SAT (ou outro mecanismo - gia, declaração acessória, ...) para os computadores de cada estado que enviara para a união consolidar. Um aplicativo web será disponibilizado para o caminhoneiro acompanhar e transferir os créditos para sua conta bancária. Uma analogia ao programa "Nota Fiscal Paulista". - O caminhoneiro que não sacar, terá valorização pela poupança e concorrerá a sorteios. <p>Desta forma garantirá que os R\$0,46/litro chegue diretamente no bolso do caminhoneiro autônomo e somente dele.</p>

Cidadão	Particular	RAIMUNDO FARIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR	Entendo que em sendo uma empresa de natureza pública, a PETROBRAS teria prioritariamente que atuar em prol de seu maior acionista que é o Estado brasileiro e não se voltar para uma política de mercado que penaliza a sociedade. Não é cabível/admissível um país praticamente auto-suficiente na produção de petróleo e seus derivados exportar e importar os mesmos pagando valores extraterritoriais, depois de se ter um parque de refinarias subutilizado. Como aceitar que postos com a bandeira PETROBRAS no Paraguai comercializem a gasolina a R\$ 3,20 e o Brasil, país sede da PETROBRAS, comercialize a mesma gasolina a R\$ 4,40, isso um dos menores valores praticados atualmente.
Cidadão	Particular	Ludian Anacleto Ferraz	Sabe-se que uma das formas de resolver o impasse atual (preço de combustível com paridade internacional e frequência diária de repasse de preços ao consumidor) seria aumentar a concorrência no setor de refino. Contudo, cabe ressaltar que não é qualquer tipo de concorrência que tratará a efetividade buscada pela Sociedade Brasileira. Se, por exemplo, a concorrência se der entre empresas importadoras de combustível refinado ou refinadoras que compram óleo bruto no mercado internacional para refinar no Brasil, o preço de revenda do combustível aos brasileiros estará limitado pelo piso da cotação internacional. A concorrência que interessa ao consumidor é a que ocorre entre empresas integradas (possuem E&P e Refino), pois, neste caso, tais empresas apresentam margem suficiente para cotarem o valor final do combustível (na porta da refinaria) em patamar inferior à cotação internacional sem que tenham prejuízo financeiro. Para promover concorrência na área do refino entre empresas integradas, bastaria à ANP incluir nos contratos de exploração (modelo de partilha/concessão) a obrigatoriedade de que parte do óleo bruto produzido no País, independentemente se empresa nacional ou estrangeira, seja refinado e distribuído no Brasil. Tal determinação, forçaria empresas que atuam hoje no E&P do País (ex. EQUINOR, CHEVRON, EXXON, TOTAL, CNOOC) a estabelecerem refinarias no Brasil e, portanto, concorrência com a Petrobras. Neste cenário, não haveria necessidade estabelecer uma frequência para repasse de aumento/redução do valor dos combustíveis. Todavia, tal medida traria indignação de países, como a China, que buscam nas atividades de E&P no Brasil justamente a possibilidade de exportarem óleo bruto em detrimento de refinar no País e concorrer com a Petrobras. Portanto, cabe à ANP ter firmeza e determinação para confrontar interesses de nações poderosas.
Revendedor	POSTO DE COMBUSTÍVEL DA FIGUEIRA LTDA	GABRIEL DA SILVA FRACASSO	Considerando o fato de que cada dia surge mais Revendas de Combustíveis (Postos Revendedores) no País onde o consumo não aumenta na mesma proporção, ou seja, o número de postos existentes hoje já é acima da necessidade de consumo, entendo que cada dia vai ficar mais difícil a vida e a saúde financeira do negócio do Revendedor, não sendo um negócio sustentável a longo prazo pelos altos investimentos que se tem para construir uma revenda. Considerando ainda o volume de vendas com recebimento a prazo (vendas através de cartões de crédito, cartões de frotas, vendas faturadas para empresas cadastradas, etc) essa política de preços compromete a saúde financeira do negócio prejudicando o fluxo de caixa já que você vende hoje a um preço e quando vai receber já está pagando um preço muito maior pelo produto uma vez que não temos o mesmo prazo para pagamento as Distribuidoras (nosso compra é praticamente a vista). Ou seja, cada dia tem que se colocar mais dinheiro no caixa para girar o negócio. A partir de tudo que escrevi entendo que o mais correto seria uma variação mensal (uma vez ao mês). Claro que, se pudéssemos ter reajustes trimestrais ou bimestrais seria ainda melhor do ponto de vista financeiro, pois poderíamos planejar melhor nosso negócio a longo prazo.
Cidadão	Caixa Econômica Federal	Joao Fernando Pires Araujo	Ante a uma crise econômica pelo qual passa o país desde meados de 2014, a política de geração de preços dos combustíveis fósseis utilizada pela Petrobras tem provocado muitas dificuldades no orçamento doméstico e das empresas em todo o país, visto a dificuldade das empresas em fazer o repasse em seus preços ao consumidor, massacrado por uma forte recessão em níveis altíssimos, jamais vividos em nossa história recente. Sendo assim, gostaria de sugerir mais uma intervenção do governo nesse sentido, utilizando a área fiscal e monetária para efetuar um controle parcialmente artificial desses preços, sem resultar em prejuízos à Petrobras. 1) Reajustes trimestrais nos preços em um nível suportável pelo governo, através do uso de um "colchão tributário". Quem varia são os tributos, para mais ou para menos. Se um patamar "X" for ultrapassado dentro desse período, um tributo deverá ser aumentado para suportar esse custo extra. 2) Política de intervenção cambial pelo governo evitando que os combustíveis variem por causa da variação cambial, ficando apenas com as variações no preço do petróleo. 3) Incentivo a queda no preço do etanol, usando várias políticas internas para que essa produção seja atrativa, bem como seu consumo. O preço do etanol precisa atingir no máximo o nível adequado de custo-benefício ao usuário de automóveis, algo em torno de 60% do preço da gasolina. 4) Estímulo ao uso do gás metano através de preços de automóveis com subsídio tributário 5) Tabela de custos de fretes com limite mínimo e máximo para incentivo ao transporte de cargas. 6) Fundo de participação para criação de uma malha ferroviária. Todas as ações precisam de ampla discussão na sociedade e também levadas nas pautas dos candidatos a presidente e legislativo federal.

Cidadão	Servidor Público	Edmar Monteiro de Oliveira	<p>Utilizo-me deste canal para posicionar-me no sentido de que o reajuste dos combustíveis sejam realizados de forma uquânime uma vez por mês. Assim, reduziríamos esta volatilidade diária que tanto prejudica o planejamento orçamentário de quem precisa utilizar-se de veículos automotores para o seu sustento.</p> <p>Ressalte-se que, a política de reajustes diários não atende aos interesses dos usuários, porquanto ela é a responsável pelo aumento absurdo dos combustíveis nos últimos meses.</p> <p>O reequilíbrio econômico e financeiro nesta operação só beneficia a Petrobrás.</p> <p>Ademais, as bombas de gasolina, por mais que seu Pedro Parente quisesse demonstrar não são casa de câmbio, onde os combustíveis sofrem variações, diárias, em função do câmbiuidores não chegam a beneficiar-se, por quê?</p> <p>Onde estaria o reequilíbrio econômico e financeiro nesta operação onde só a Petrobrás se beneficia?</p> <p>Ademais, as bombas de gasolina, por mais que seu Pedro Parente quisesse demonstrar não são casa de câmbio, onde os combustíveis sofrem variações, diárias, em função do câmbio.</p>
Cidadão	Particular	Tadeu B A Sampaio	<p>O reajuste do preço de combustível é inevitável, o que não pode ocorrer é o reajuste diário, como se toda economia fosse se reajustar diariamente, como uma bolsa de valores.</p> <p>Sendo assim sugiro a criação de um fundo de compensação.</p> <p>Quando a gasolina ou diesel forem vendidos, nas refinarias, mais barato do que o preço de mercado, seja compensada a diferença pelo dinheiro no fundo, quando forem vendidos mais caro, seja restituído o fundo para este objetivo. Dessa forma se espaçaria os reajustes de forma mensal e mais previsível para a sociedade, seja para aumentar o valor ou reduzir.</p> <p>Também é necessária a atuação do PROCON para verificação do ajuste nos preços dos postos de combustível, não sendo permitido ajustes em intervalos inferiores a um mês, sendo assim concomitante o anúncio do novo valor dos combustíveis nas refinarias e a margem de ajuste de preço nos postos.</p> <p>Os postos de combustível ficariam obrigados a reduzir ou aumentar os preços, de acordo com o reajuste mensal, com margem de variação de 50%, ou seja, se os combustíveis aumentaram 10% nas refinarias, os postos devem aumentar de 5% a 15% o valor nas bombas, se os combustíveis reduziram 10% nas refinarias, os postos devem reduzir de 5% a 15% o valor nas bombas.</p>
Cidadão	Particular	ricardo rothmann	<p>visto que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o preco dos combustiveis repercute em toda a nacao - tal preco deveria baixar - tal preco nunca deveria aumentar - a medida final do pib eh anual - a medida mais representativa de inflacao eh anual - o fechamento de balanço contábil mais representativo eh anual - a declaracao de ajuste de imposto de renda eh anual - o imposto (ipva, iptu, itr, ...) eh anual - o faturamento mais representativo eh anual - o rendimento salarial mais representativo eh anual - o dissidio/reajuste salarial eh anual - a variacao mais representativa do dolar eh anual - o orcamento da uniao eh anual - o orcamento/planejamento empresarial de grande significado eh anual - o reajuste de precos controlados/escolas/remedios/pedagogos/tarifas de transportes coletivos/luz/agua/etc eh anual - e a medida, de inumeros outros valores, mais representativa eh anual <p>entao,</p> <p>o reajuste do preco dos combustiveis precisa ser, no minimo, anual</p>
Revendedor	AUTO POSTO CARLETO LTDA	Vladecir Antonio Carleto	Sugiro que o reajuste seja mensalmente.

Consultoria	UDGN Assessoria Industrial Ltda	Paulo Augusto Soares	<p>Sugiro um prazo de 15 dias para reajuste dos combustíveis ao nível do fornecedor para as distribuidoras (refinarias ou importadores), de forma a manter uma política com o mínimo de intervenção governamental e como política de curto prazo, no máximo, para médio prazo.</p> <p>O prazo deve ser válido para cada agente a contar da data que este agente efetue o primeiro aumento após uma determinada data calendário, isto é, não deve ser fixada uma data ou período do mês válido para todos os agentes (refinarias ou importadores). Esta condição visa reduzir o impacto da intervenção governamental e dar maior liberdade para cada agente, evitando termos uma variação de preço em uma determinada data (o que não seria bom para a inflação).</p> <p>O prazo estipulado em 15 dias é decorrente do fato de que o prazo para a importação / transporte do combustível é aproximadamente 15 dias, isto é, o importador já deveria conhecer o preço internacional de aquisição e poderia determinar o preço de venda, o qual, ainda teria a variável da cotação do dólar como incógnita. Outro fator que considerei é que as oscilações da cotação média do barril não tem variação significativa em períodos de 15 dias.</p> <p>A manutenção de uma política livre e de mercado de preços deve ser estendida a todos os derivados de petróleo, com o intuito de fomentar a concorrência no setor, a entrada de capital e a eficiência da Petrobras, reduzindo a interferência política nesta empresa. Um livre mercado será fundamental para o real desenvolvimento de um setor petroquímico nacional, não dependente do governo e de suas interferências políticas.</p> <p>Como política de médio a longo prazo, sugiro que os impostos sejam estabelecidos com base a unidade de volume, tanto para os produtos importados como para os refinados internamente no país, o que minimizaria o impacto da oscilação do preço. Esta solução requer uma nova política fiscal no país, mas, terá a vantagem de estabilizar a arrecadação dos estados, evitando o caos que o Rio de Janeiro esta vivendo (gastos excessivos na alta e déficits na baixa da cotação) e na base atual a alíquota volumétrica já provocaria uma "amortização" de aproximadamente 50%.</p>
Cidadão	Particular	José Rodrigues de Oliveira – Sidney	<p>Primeiramente quero parabenizar a ANP Por esta iniciativa de ouvir a População Brasileira sobre algo tão fundamental como os preços dos combustíveis.</p> <p>Como consumidor residente na cidade de Fortaleza-CE E Participante ativo do cenário econômico vejo com grande indignação os valores atualmente praticados.</p> <p>Aqui em Fortaleza a Gasolina Comum está sendo cobrada por R\$ 4,77 o litro em média e o Etanol R\$ 3,79; Um carro popular com 45 litros para encher o tanque de Gasolina Comum chega a R\$ 214,65 !</p> <p>Meu consumo em média por mês fica R\$ 858,60 Ou seja 90 % Do Salário Mínimo local !!</p> <p>Simplesmente inviável manter um veiculo hoje considerando que existem várias outras incidências como manutenção, pneus, estacionamento, IPVA Etc</p> <p>Meu salário sobre anualmente cerca de 9% seguindo a Inflação e reajuste do salário mínimo nacional.</p> <p>Então qual o motivo dos combustíveis aumentar mensalmente ou semanalmente como vimos absurdos na imprensa?</p> <p>Com a Greve dos Caminhoneiros ficamos percebendo como os combustíveis são essenciais para distribuição de alimentos, medicamentos, aviação, transporte público entre muitos outros</p> <p>Então porque a ANP Usando de suas atribuições de Regulação do mercado fica sem usar o mecanismo de baixa dos preços praticados?</p> <p>A cerca de 02 anos atrás o Governo Federal anunciou que o Brasil era alto suficiente na produção de Petróleo</p> <p>Inclusive com o advento do PRE-SAL</p> <p>Como podemos ser alto suficientes se estamos com preços tão altos !</p> <p>Imagina-se que quem assim é tem condições de oferecer valores mais baixos pois toda a cadeia produtiva está em seu controle</p> <p>Por outro lado nos postos BR (PETROBRAS) Os preços são mais altos que da SHELL, IPIRANGA COMO PODE?</p> <p>Seguindo este raciocínio meu pedido é que os combustíveis sofram ajustes semestrais seguindo as taxas de inflação dos últimos 06 meses.</p> <p>Com isso toda a economia poderia criar subsídios para a tão sonhada Retomada Econômica.</p> <p>Os valores dos fretes ficam estáveis, As mercadorias começam a redução de preços, Os transportes públicos reduzem seus preços e conseguimos melhorar a vida de todos nós inclusive a vida da ANP (Presidência e demais Servidores)</p> <p>Espero ter contribuído concedendo opiniões de um Brasileiro que paga todos os impostos e taxas que me são atribuídas e que AMA NOSSO PAÍS.</p>
Cidadão	Fco Assis Ramos	Não citou	<p>Comentário- A Petrobras está querendo manter, essa política de aumento de preço de combustível diário, que nenhum outro segmento de mercado cotado em dólar tem, isso e uma afronta as outras empresas e a sociedade brasileira, pois nós sabemos que essa política de preço atual e boa só para a Petrobras e os acionista.</p> <p>Sugestão- tem que ser reajuste no mínimo mensal, pois o povo brasileiro como sabemos só tem reajuste de salario anual.</p>

Cidadão	Particular	Marcelo Santos de Souza	Os preços dos combustíveis deverão ser reajustados semestralmente, ou no máximo trimestralmente. A maioria das empresas não ajustam seus preços diariamente, mesmo sofrendo variação do câmbio e outros. Então, a Petrobras também tem que seguir o que o mercado faz, principalmente pelo fato de que não há concorrência para que, o mercado como um todo tenha a previsibilidade necessária às operações.
Cidadão	EMAIL DIA 20/06/18 E DO DIA 21/06/18	José Conrado de Souza	Veja ANEXO II
Cidadão	ANP/Especialista	EDUARDO DE GODOY ASSUMPÇÃO	Veja ANEXO I
Cidadão	Particular	Alexandre Walter Fikota	<p>Considerando que o estado brasileiro decidiu pela criação de uma empresa pública para exploração de petróleo;</p> <p>Considerando que a finalidade deste investimento do Estado foi reduzir a dependência energética (que permeia toda atividade econômica nacional) de fatores não-nacionais;</p> <p>Considerando que esta empresa detém um percentual significativo na produção, no refino e na distribuição de combustíveis no Brasil;</p> <p>Considerando também que, em determinado momento, o Estado brasileiro admitiu parceria privada nesta empresa, mantendo contudo uma parcela expressiva do capital social e o controle administrativo;</p> <p>Considerando que, além de grande parcela dos acionistas, a quase totalidade dos clientes (consumidores) formam a população do Estado brasileiro;</p> <p>Considerando que apenas parte dos custos sofrem influência da variação cambial;</p> <p>Considerando que muito pouco do custo sofre influência do preço do petróleo no mercado internacional;</p> <p>concluo que o Brasil deve tirar proveito das decisões tomadas no passado – a criação da Petrobras – fazendo uso da peculiaridade do Estado ser detentor da quase totalidade dos meios de produção e distribuição de combustíveis estabelecendo seu preço no mercado interno com base no CUSTO e não no PREÇO INTERNACIONAL do óleo cru.</p> <p>(continuação) O preço interno deve se guiar pela equação preço = custo + despesas + margem (entre 10 e 12% do preço). Esta margem irá remunerar o capital investido, seja este nacional ou estrangeiro. Sempre calculado em moeda local. O risco cambial fará parte do risco contratado pelo investidor estrangeiro quando da aquisição de ações de uma empresa cujo principal cliente paga em Reais. As despesas devem contemplar o pagamento do serviço da dívida que, por ser parte contratada em moeda estrangeira, sofrerá influência de variações cambiais.</p> <p>Assim, sugiro frequência quadrimestral para a revisão dos preços internos. Dentro deste período, flutuações cambiais desfavoráveis serão cobertas em parte pelas receitas em moeda estrangeira e parte pela redução da margem.</p> <p>Esta frequência dará tempo de adequação à cadeia produtiva e aos consumidores finais.</p> <p>(continuação) concluo que o Brasil deve tirar proveito das decisões tomadas no passado – a criação da Petrobras – fazendo uso da peculiaridade do Estado ser detentor da quase totalidade dos meios de produção e distribuição de combustíveis estabelecendo seu preço no mercado interno com base no CUSTO e não no PREÇO INTERNACIONAL do óleo cru.</p> <p>O preço interno deve se guiar pela equação preço = custo + despesas + margem (entre 10 e 12% do preço). Esta margem irá remunerar o capital investido, seja este nacional ou estrangeiro. Sempre calculado em moeda local. O risco cambial fará parte do risco contratado pelo investidor estrangeiro quando da aquisição de ações de uma empresa cujo principal cliente paga em Reais. As despesas devem contemplar o pagamento do serviço da dívida que, por ser parte contratada em moeda estrangeira, sofrerá influência de variações cambiais.</p> <p>Assim, sugiro frequência quadrimestral para a revisão dos preços internos. Dentro deste período, flutuações cambiais desfavoráveis serão cobertas em parte pelas receitas em moeda estrangeira e parte pela redução da margem.</p> <p>Esta frequência dará tempo de adequação à cadeia produtiva e aos consumidores finais.</p>

Cidadão		EDUARDO ORMOND DOS SANTOS	<p>Apraz-me cumprimentá-lo cordialmente ao tempo em que me dirijo à elevada presença de Vossa Senhoria para tratar de assunto da mais alta relevância para a população brasileira, visando discutir a conveniência de estabelecer uma periodicidade mínima para o repasse do reajuste do preço dos combustíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir que distribuidoras/postos importem combustíveis sem intermediário. • Permitir que distribuidora de gasolina ou refinaria tenha posto de gasolina • Permitir que produtores de álcool vendam diretamente aos postos. • Extinguir a vedação à importação de combustíveis pelas distribuidoras • Permitir a importação dos derivados do petróleo diretamente pelas revendas e rede de postos. • Fim do monopólio da Petrobras, pois é inamissível um país vizinho ter combustível mais barato do quem produz. • Abertura do mercado. • Incentivar a instalação de refinarias no Brasil. • Permitir a compra de combustível da Venezuela. • Permitir a venda da gasolina pura no Brasil
Cidadão		Wilson Camara	Periodicidade mínima de 30 dias para o reajuste
Cidadão		Fabille Leão Cândido	Acabar antes de tudo com monopólio do refino. Estabelecer no mínimo o reajuste a cada três meses usando o lcms dos Estados para amortizar as perdas afinal são valores altíssimos.
Transportador	TRL prestações de serviços e administrações.	Pedro Fontes da Costa	<p>Primeiramente, há de ser colocado a limpo o fato do Brasil ter ou não ter suficiência do refino de todo o petróleo extraído do seu solo, e passar todo detalhe à público; porque isso interfere diretamente na oscilação do preço do combustível aqui no Brasil!</p> <p>Tenho notado falta de clareza por parte da autoridade competente, em informar ao público, o aumento e a diminuição dos combustíveis nas refinarias. Os postos de combustíveis, por sua vez, não repassa a queda nos preços que acontece na refinaria ao consumidor, dando desculpas infundadas para o fato, causando assim uma “bola de neve” nos preços, e nós consumidores ficamos sozinho nessa, vendo tudo isso acontecer. Em relação aos repasses dos preços ao consumidor, sugiro, caso ainda continue com vínculo internacional de preço, que a porcentagem seja encontrada através da média de altas e baixas dos últimos três meses, tendo bom senso, em relação a essa porcentagem, com a realidade financeira do Brasil no momento do repasse.</p>
Cidadão		Márcio Prachthäuser	<p>Estes anos todos se ouve falar em aumento dos preços dos combustíveis dividido ao aumento do valor do barril ou aumento do valor do dólar. Só que o barril já chegou a custar US 120,00 no tempo do FHC e baixou para US 30,00 no tempo do LULA. Só que quando baixou o valor da gasolina não abaixou.</p> <p>Além disso o que não dá para entender é porque o valor do etanol sobe quando a gasolina aumenta, não entra nenhum derivado de petróleo no etanol, não existe justificativa para este aumento.</p> <p>Hoje na minha cidade o valor da gasolina e R\$ 4,19 e do etanol na faixa de R\$ 3,50, com essa diferença não é viável andar com etanol, hoje seria viável se o valor do etanol estivesse num patamar de R\$ 2,60.</p> <p>Minha sugestão:</p> <p>Quando houver aumento da gasolina devido a variação do dólar ou valor do barril, o etanol não poderá ter este aumento;</p> <p>O valor do combustível aumentar somente 1 vez por ano igual o aumento de qualquer outro tributo da federação e até mesmo o valor do salário mínimo;</p> <p>Aumentar o valor dos combustível no mesmo índice da inflação anual.</p> <p>Assim talvez divulguem o valor correto da inflação, pois todas as coisas aumentar 30 a 40 % ao ano e divulgam uma inflação de 1%.</p>

Cidadão		Fernando Martini	<p>Boa Noite! Gostaria de dar a minha sugestão/contribuição sobre esse assunto. Em relação ao reajuste dos preços dos combustíveis, quero dizer que é necessário fazê-lo de acordo com as oscilações dos preços internacionais do barril de petróleo e do dólar. Mas deveria ser feito somente no percentual da quantidade de petróleo que é importada. Deixando a maior parcela quase sem reajuste, pois o Brasil tem muita capacidade de extração/produção do petróleo em território nacional. Seria interessante fazer reajustes a cada 20 dias e antes desse período poderiam somente divulgar os reajustes para cima ou para baixo para o mercado acompanhar, mas que a Petrobras absorvesse os reajustes e somente mudar pra valer a cada final de período de 20 dias. Porque digo a cada 20 dias? Porque quando reduzir ele irá beneficiar toda a população mais rapidamente, e quando aumentar também beneficia porque a curto prazo não dá sustos no preço e sendo mais suave os aumentos a população aceita com mais facilidade e entende que é necessário. Também deve ocorrer juntamente com os reajustes um acompanhamento com maior rigor das autoridades para fiscalizar junto as distribuidoras se realmente estão reduzindo os preços, para chegar aos postos e consequentemente chegar até os consumidores finais. Essa é minha ideia, espero que seja estudada com carinho. Muito obrigado pela oportunidade!!!</p>
Cidadão		Luís Fabiano Assaf Bastos	<p>Boa tarde! Por meio de nota num jornal de circulação o Ministério de Minas e Energia disse que as medidas que serão adotadas, como por exemplo, a consulta pública, têm por objetivo assegurar as atividades econômicas e "garantir a possibilidade de reajustes e o conforto de preços justos". Concordo em parte com isso, acho que uma periodicidade mínima é uma medida importante e, ao meu ver, deveria ser quinzenal (a cada 15 dias) ou até mensal. Porém a informação de "conforto de preços justos" não concordo com a nota do Ministério de Minas e Energia. Na verdade essa modalidade/critério de reajustes de combustíveis da Petrobras está justo e viável economicamente somente no aspecto empresarial favorecendo a empresa, e, por outro lado, os consumidores estão totalmente desconfortáveis em especial nos próximos meses tendo em vista o viés de desvalorização do Real perante o Dólar, bem como a expectativa do preço do barril de petróleo alto. E, como o governo informou que não fará interferência na política de preços praticados pela Petrobras, na prática o impacto financeiro para o consumidor será o mesmo e apenas um pequeno conforto se sentirá no impacto psicológico já que os reajustes terão uma periodicidade mínima não sendo diário. Conclusão: a periodicidade é o mínimo que a ANP pode fazer, porém isso é muito pouco. Há que se pensar em algo que impactará menos o bolso do já sofrido povo brasileiro. Há que se pensar até em subsídios provisórios para os outros combustíveis como a gasolina e o álcool. A empresa Petrobras também poderia colaborar já que detém o monopólio diminuindo sua margem de lucro em prol do papel social que ela possui na sociedade. Vale ressaltar que um preço do barril de petróleo elevado favorece o lucro da empresa já que a mesma exporta óleo cru para os diversos países. Agora se o Governo por meio da ANP tiver querendo só apagar o incêndio devido à greve recente dos caminhoneiros tomará medidas paliativas apagando o fogo a medida que os incêndios forem acontecendo. Acredito que um gestor competente, correto, honesto e socialmente preocupado com o país e, claro, bem assessorado a frente da Petrobras poderá unir o aspecto do lucro da empresa com uma política de reajustes de preços de combustíveis que sufoque a população. Acho que isso é exequível. Bem está é minha colaboração para a consulta pública.</p>
Cidadão		RONALDO LOPES TEIXEIRA	<p>SUGESTÕES: Prezados, por favor, o aumento do preço de combustíveis teria que ser pelo mesmo uma (01) vez ao mês porque não somos americanos e nem europeus, somos brasileiros e nossa moeda é REAL e não DÓLAR e nem EURO.</p> <p>Atenciosamente.</p> <p>Ronaldo Lopes Teixeira – Araraquara/SP.</p>

Consultoria	Valêncio Consultoria em Combustíveis	Bruno Valêncio	<p>Entendemos que a política de preços da Petrobras é correta e seguem os padrões mundiais no que tange a variação nos preços dos produtos derivados. Entretanto, no Brasil as Distribuidoras de Combustíveis possuem políticas de preços que buscam falsear e limitar os repasses dos combustíveis aplicados pela Petrobras para os consumidores PF e consumidores PJ, por isso vemos em vários casos que quando há quedas no custo refinaria isso não é repassado para as demais cadeias pelas Distribuidoras. Entretanto, quando há aumento do custo refinaria as distribuidoras utilizam de suas posições dominantes como agentes econômicos do mercado para repassarem reajustes maiores, isso já considerando todas as questões técnicas como mistura de Biodiesel ao Diesel A, Etanol Anidro a Gasolina A e também as questões referentes a substituição tributária dos estados.</p> <p>2 – REAJUSTES DISTRIBUIDORAS = É necessário ser criado pela ANP uma política de repasse dos reajustes que ocorrem na Petrobras para as Distribuidoras, obrigando estas empresas a aplicarem o repasse integral e justo dos reajustes que ocorrem na Petrobras já considerando as questões técnicas (Mistura e Tributos).</p> <p>De igual forma sugerimos que a ANP crie em seu site um canal para que o mercado tenha transparência no processo de repasse dos reajustes, onde no ato do reajuste informado pela Petrobras a ANP informaria qual o impacto final devido para o consumidor final tanto PJ quanto PF. Isso proporcionaria poder de negociação aos consumidores e também transparência no processo de repasse dos reajustes.</p> <p>Entendemos que ANP não regula preços do mercado de combustíveis, ou seja, cada distribuidora pode praticar o preço final que é apropriado para o seu negócio.</p> <p>Entretanto, as grandes distribuidoras têm como pratica absorver em suas margens toda e qualquer queda que ocorra de custo refinaria e sobretaxar os aumentos que ocorrem, isso e crime de ordem econômica conforme previsto Lei no 8.884/94, em seus arts. 20, incisos I e III, e 21, incisos I e XXIV. Uma coisa é o preço final praticado pelas Distribuidoras, outra coisa é o reajuste que a Distribuidora aplica nos preços dos produtos. As Distribuidoras têm poder legítimo para definir o Preço Final (R\$/Litro) dos seus produtos dentro de uma negociação comercial natural, entretanto ela não pode usar o reajuste de custos de refinaria, ou Biodiesel, ou Etanol Anidro ou Impostos para sobretaxarem seus preços, e essa é a questão dos reajustes dos combustíveis no Brasil</p> <p>(continuação) A Valêncio Consultoria em Combustíveis, como empresa que acompanha o impacto dos reajustes de refinaria da Petrobras no mercado empresarial de consumo de combustíveis tanto no Diesel quanto na Gasolina sugere:</p> <p>1 - PERIODICIDADE: Os reajustes dos combustíveis devem ser normatizados pela ANP para que ocorram de 15 em 15 dias (Quinzenalmente), pois o mercado internacional do petróleo é extremamente volátil, suscetível a questões geopolíticas que não podem ser premeditadas por nenhuma instituição econômica, e o cambio pressiona muito os impactos que ocorrem nas cotações da commodity no mercado nacional</p> <p>Temos casos praticados em nossa empresa referentes ao PMPF, onde se o consumidor não cobra a Distribuidora em muitos casos a queda ocorrida de tributo não é repassada, mas o aumento é repassado e sem informe, ou seja, fica mais uma vez caracterizado o crime econômico.</p> <p>Sugerimos também, que a ANP obrigue as distribuidoras a manterem um informativo oficial dos reajustes, hoje estas instituições não apresentam documento oficial algum quando há reajuste de custo refinaria. Isso cria um ambiente de falta de transparência no mercado.</p> <p>Portanto, ao nosso ver a crise do abastecimento ocorrida em virtude da greve dos caminhoneiros em 2018 não foi provocado pela Petrobras, mas sim pela cadeia de Distribuição e Revenda de combustíveis que trabalham para defenderem interesses privados, e no caso dos reajustes não repassam corretamente as variações aplicadas pela Petrobras, e essa pratica trouxe grandes prejuízos para o país tanto econômico quanto político.</p> <p>Hoje vemos as distribuidoras através da PLURAL manifestando que o correto é que os preços dos combustíveis variem conforme o mercado externo, e isso visa apenas os seus interesses próprios, uma vez que cada reajuste diário de Diesel e Gasolina se torna uma oportunidade de capitalizar e aumentarem suas margens de rentabilidade, e este é o grande interesse das Distribuidoras aumentarem seus lucros de forma ilegítima utilizando como ferramenta o reajuste aplicado pela Petrobras para falsear o real reajuste justo e devido para os consumidores.</p>
-------------	--------------------------------------	----------------	--

Distribuidor	Tobras Distribuidora de Combustíveis	Erivaldo Pereira da Silva	<p>Periodicidade dos Reajustes:</p> <p>Quinzenal, esta média suporta as variações de mercado e dá a todos os agentes uma previsibilidade próxima com a situação do PMPF.</p> <p>Transparencia: Obrigar a Petrobras a informar a base de calculo dos preços de mercado, como já temos hoje em relação ao preço de referencia divulgado pela ANP, dando total transparencia ao processo de precificação.</p>
Cidadão		Gleison dos Santos Oliveira Naves	<p>- Período de reajuste: Mensal;</p> <p>- Forma de reajuste: Acumular a variação do preço do combustível no mercado internacional no período de um mês e efetuar o devido repasse no mês subsequente. Caso a variação seja negativa, ou seja, redução no preço do combustível, fica a cargo do órgão regulador determinar se o preço do combustível no mês subsequente se manterá congelado ou se a redução será repassada para o consumidor.</p>
Cidadão	Particular	Patric Barbosa de Souza	<p>Creio que o mais adequado é um período de 90 dias entre os reajustes nos combustíveis, pois dá tranquilidade e previsibilidade ao comércio. Além disso, o reajuste influenciado pelo preço internacional deve estar relacionado à parcela do óleo que é importado, estando livre a parcela que é produzida em território nacional.</p>
Cidadão	Particular	Rubens Jose Della Volpe	<p>Como é sabido, o Setor Elétrico, na Distribuição de Energia, tem reajustes de preços anuais e sua tarifa é construída em 2 parcelas, simplificada(por que é muito complexo) : Parcela B que é a remuneração dos investimentos ou ativos e custos operacionais definidos e aceitos pelo Regulador Parcela A, que são os custos variáveis diversos, sendo o principal, a compra de Energia que podem ter preços baseados em dólar(contratos com Itaipu), ou mesmo, por razões diversas, exposição de compra no mercado de energia livre, com preços flutuantes de acordo com oferta e demanda. Como a flutuação é contabilizada?Em uma conta chamada de Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" ou CVA, as variações verificadas entre o custo real da Parcela A, comparadas com os mesmos valores previstos na Tarifa pelo Regulador, positivos ou negativos, são contabilizados e corrigidos pela SELIC, tanto para devolução no próximo reajuste ao consumidor como para reposição À Empresa de forma a não haver perda nem para os acionistas, nem para os consumidores. Este ajuste é feito uma vez por ano, funcionando como um empréstimo entre as partes, corrigido por juros. No Caso da Petrobras, não seria necessário anual, mas os ajustes mensais ou bimestrais ou ainda trimestrais poderiam seguir este critério de levar ao preço, a favor ou contra a Empresa, valores corrigidos pela taxa básica de juros - seria perfeito porque melhoraria o planejamento dos clientes e evitaria perdas em ambas as partes. Um conta coorente entre a parte empresa e a parte consumidor, com correcao diaria das diferencas pela Selic.</p>
Consultoria	EnergyRe Inteligência Regulatória	Daniel Braga Frederico	Veja Anexo III
Produtor	Refinaria de Petróleo Riograndense S/A	João Luis Sobreiro Bulla	O reajuste de preços dos combustíveis deve obedecer a lógica do negócio de cada agente econômico autorizado a comercializar combustível no território nacional, ou seja, cada agente econômico fica livre para reajustar os preços conforme fatores de oferta e demanda e variação dos custos de produção e/ou importação do produto.
Consultoria	Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE)	Adriano Pires	Veja ANEXO IV
			<p>A Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) expressa a necessidade urgente de um tratamento diferenciado em termos de PERIODICIDADE dos reajustes, de PRIORIDADE no fornecimento e de PREÇO especial para o óleo diesel consumido diariamente nas atividades de transporte público por ônibus em mais de 3.000 cidades brasileiras. Especificamente, é necessário:</p> <p>Garantir a PRIORIDADE no fornecimento do óleo diesel para a frota de ônibus que realiza o transporte público urbano, face a natureza de serviço público essencial conforme definido na Constituição Federal. Essa garantia seria alcançada com a alocação de estoques especialmente dedicados a essa atividade e/ou procedimentos de abastecimento especial garantidos pelas forças de segurança. Diante do risco frequente da indisponibilidade do óleo diesel, seja em função de greves ou crises na cadeia produtiva, as empresas operadoras do transporte coletivo por ônibus estão expostas e condicionadas a boa vontade de distribuidores, que têm o direito de estabelecer prioridades outras além de contribuir para o abastecimento de um serviço essencial;</p>

Transportador	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU	André Dantas	<p>Desenvolver uma política tributária voltada para o PREÇO especial do óleo diesel para as empresas operadoras do transporte coletivo urbano. Essa política tributária permitiria a redução dos custos e consequentemente geraria benefícios diversos para toda a população usuária dos serviços tais como inclusão social, desenvolvimento econômico e redução da inflação. Atualmente, o óleo diesel é diretamente impactado por diversos tributos federais e estaduais, que em última instância são pagos por milhões de brasileiros que pagam diariamente a tarifa do transporte público para realizar viagens urbanas e essenciais para suas vidas. A concessão do PREÇO especial do óleo diesel para as empresas operadoras do transporte coletivo urbano poderia ser realizada com a maior transparência possível, porque o atual monitoramento da frota de ônibus permite a apuração da quilometragem realizada e do consumo efetivado. Assim, não haveria qualquer risco de utilização das cotas das empresas para outros fins.</p> <p>Esses pleitos foram ainda mais consolidados diante da recente greve dos caminhoneiros em todo Brasil. A paralisação das atividades de distribuição do óleo diesel deixou inúmeras cidades sem o devido abastecimento e refletiu diretamente nas operações de transporte público por ônibus. A NTU estima que houve um prejuízo total de R\$5,6 bilhões para a massa trabalhadora brasileira. Obviamente, essa situação não pode se repetir.</p> <p>Sendo a representante do setor de transporte público por ônibus perante os poderes federais, a NTU atua para que a qualidade da mobilidade urbana seja melhorada e assim as cidades brasileiras possam se desenvolver sustentavelmente. A NTU confia que os pleitos apresentados sejam seriamente considerados e se coloca à disposição para trabalhar junto aos órgãos competentes no sentido de implantar PERIODICIDADE dos reajustes, a PRIORIDADE no fornecimento e PREÇO especial para o óleo diesel consumido diariamente nas atividades de transporte público por ônibus.</p>
Cidadão	Polícia Militar de Alagoas	Marcelo Alexandre Freire Colen	<p>Deveria haver maior transparência para que os consumidores soubessem o motivo de preços tão altos do combustível brasileiro. Quanto à periodicidade dos reajustes, apesar de não fazer diferença, acredito que sendo mensal, precedido da previsão do preço, os consumidores poderiam controlar melhor seus orçamentos.</p>
Revendedor	SINCOPEURO	JOSE ALBERTO PAIVA GOUVEIA - PRESIDENTE	<p>Em nossa opinião o período mínimo para repasse do reajuste dos preços dos combustíveis mais adequado à realidade do mercado é aquele que siga a sistemática adotada pela Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ para a divulgação da tabela com os preços médios ponderados ao consumidor final (PMPF) adotados por cada Estado para fins de cobrança do ICMS, qual seja, a cada 15 (quinze) dias e que o valor do ICMS sirva de moderador de preços, ou seja, todas as vezes que o preço do combustível ao consumidor final atingir patamares muito elevados que as reduções ocorram, justamente, por meio da respectiva redução do PMPF.</p>
Distribuidor	RAVATO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Paulo Fernando Marins	<p>PERIODICIDADE DOS REAJUSTES: mensal, desde que divulgado com antecedência mínima de 48 horas às distribuidoras. Sugerimos utilizarem um índice de reajuste de uma entidade de credibilidade e de conhecimento de todos, para que possamos acompanhar a evolução dos possíveis reajustes ou reduções que porventura venham a ocorrer, dessa forma teríamos uma previsibilidade e confiança do índice informado.</p> <p>TRANSPARÊNCIA: observa-se que os preços divulgados pela Petrobrás nem sempre obedecem às flutuações e variações cambiais, tampouco o comportamento dos preços internacionais do petróleo. Portanto, seria interessante que houvesse total transparência por parte da Companhia, divulgando com clareza quais os critérios adotados para o reajuste dos preços dos derivados do petróleo.</p>

Entidade de Classe	AEPET – Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS	Felipe Coutinho	<p>Nossa entidade, representa mais de 4000 profissionais, das diferentes categorias universitárias do SISTEMA PETROBRÁS, entende que os graves problemas decorrentes da política de preços para os combustíveis, não foram causados, apenas, pela FREQUÊNCIA, pela PERIODICIDADE dos reajustes.</p> <p>O fato da PETROBRÁS deter a quase total capacidade instalada no segmento do refino não é responsável pelos preços elevados praticados pela companhia. A hegemonia no Refino permanece devido à inação, à incompetência, à aversão a riscos de grupos privados, nacionais e estrangeiros. O suposto monopólio já não existe, de direito, há mais de 20 anos, desde a sanção da Lei 9478/1997.</p> <p>Existe total liberdade para importação de combustíveis e o mercado brasileiro está inserido na bacia competitiva do Atlântico. Quando os preços praticados pela PETROBRÁS são altos, o mercado nacional é invadido por concorrentes internacionais, fato demonstrado pela política de preços adotada desde 2016, mas também demonstrado em 2014 e 2015 quando a queda do preço internacional do petróleo não foi integralmente repassada ao consumidor brasileiro.</p> <p>A PETROBRÁS pode praticar preços mais moderados e compatíveis com seus custos e investimentos necessários para a sustentabilidade empresarial, mas quando pratica preços majorados o mercado brasileiro que é competitivo e integrado à bacia do Atlântico penaliza a estatal reduzindo sua participação em vendas. Os preços elevados, além dos frequentes reajustes - mais de 100 alterações por ano - decorrem da insistência da administração da PETROBRÁS, em adotar preços vinculados e superiores à paridade com o mercado internacional. Mercado sabidamente volátil, cartelizado, oligopolizado, instável, especulativo e sujeito a riscos climáticos e tensões geopolíticas.</p> <p>Os preços elevados, a exploração dos consumidores, as pressões contra mais de 40 mil revendedores - pequenos e médios empresários brasileiros, aos quais a Constituição Federal determina seja dado tratamento preferencial, o abandono do consumo de GLP - substituído por carvão e lenha - a ociosidade do parque de refino nacional, as importações desnecessárias, o desperdício de divisas, as renúncias fiscais dos estados federados e, até mesmo, cortes em programas de saúde e educação, TUDO ISTO PRECISA SER DISCUTIDO COM TRANSPARÊNCIA, DEMOCRATICAMENTE, COM A SOCIEDADE. A GRANDE PERDA DE MERCADO, PELA PETROBRÁS, EM BENEFÍCIO DE REFINADORES, "TRADERS" E IMPORTADORES ESTRANGEIROS, TAMBÉM.</p> <p>Destaquem-se aqui alguns dispositivos que regulam a matéria, cabendo à ANP:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a prevenção de potenciais conflitos por meio de ações e canais de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes econômicos do setor de petróleo, demais órgãos do governo e a sociedade; - a criação de condições para a modicidade dos preços dos derivados de petróleo, dos demais combustíveis e do gás natural, sem prejuízo da oferta e da qualidade; - a comunicação efetiva com a sociedade. <p>A política de preços praticada pela PETROBRÁS, também é descabida porque não leva em consideração o fato da PETROBRÁS ser destacada produtora e refinadora de petróleo, com grande parte dos seus custos marcados em Reais. A existência de uma empresa estatal, forte e competente, como a PETROBRÁS, permite ao Brasil proteger os seus cidadãos, consumidores, de indesejáveis flutuações e da especulação do mercado internacional. Esta é aliás, uma das principais razões da existência da estatal.</p> <p>Finalmente entendemos que a TPC deveria ser adiada e convocada uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, conforme preconiza o artigo 19 da Lei 9478/97 alterada pela Lei 12.490 de 2011.</p>
Distribuidor	BRASILCOM	SERGIO MASSILLON Diretor Institucional	<p>Sugestão Principal Manutenção das condições de preço livre, com reajustes sem qualquer limitação de periodicidade para todos os combustíveis</p> <p>Sugestão Alternativa Caso seja decidido, por opção da ANP, estabelecer uma periodicidade de reajustes, que esta seja:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Exclusivamente para o Diesel A b) Exclusivamente para os Produtores e Importadores c) Estabelecendo 7 (sete) dias como periodicidade mínima para os reajustes. NB: No caso da ANP optar por também estabelecer periodicidade de reajustes para a Gasolina A, estes devem ocorrer preferencialmente às sextas feiras, de modo compatibilizá-los com os reajustes do Etanol Anidro pela ESALQ. Os reajustes devem SEMPRE ser comunicados ao mercado às 18 horas do dia D e válidos para o primeiro dia útil subsequente, nunca sendo considerados os sábados e domingos como dias úteis. <p>NB: Em qualquer das opções a ser escolhida, estabelecer que os Produtores e Importadores sejam obrigados a fornecer ao mercado, à cada reajuste, os fundamentos da alteração promovida</p>
Cidadão	Núcleo de Formação no Norte Fluminense/RJ da Frente Evangélica pelo Estado de Direito	Claudio Rodrigues Nunes	Veja ANEXO V

Revendedor	Sindicombustíveis Resan - Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e de Lojas de Conveniência, e de Empresas de Lava-Rápido e de Empresas de Estacionamento de Santos e Região	José Camargo Hernandes (Presidente)	<p>De acordo com o art. 177, II e §1º da Constituição Federal, a atividade de refino está sujeita ao monopólio da União, podendo ser exercida por empresas públicas ou privadas contratadas nos termos da Lei 9.847/99, cujo art. 1º, §1º, I, qualifica o refino como atividade de utilidade pública.</p> <p>Trata-se, portanto, de atividade sujeita a um regime jurídico especial, que permite sua exploração econômica por empresas de natureza pública ou privada, em livre competição.</p> <p>Ora, é sabido que o foco do gênero empresa pública (mesmo quando se trata da exploração de atividade econômica) é de alcançar a eficiência do serviço prestado (o que exige equilíbrio no resultado econômico), diferentemente de uma empresa privada, que persegue a obtenção de lucro mediante eficiência produtiva.</p> <p>Diante desse quadro, dadas as condições estruturais do parque de refino brasileiro, fato é que, mesmo após a abertura promovida pela Emenda Constitucional nº 09/95, a sociedade de economia mista Petrobras S/A continua dominante nesse segmento, em razão do desinteresse de empresas privadas em nele atuar.</p> <p>Somada a essa situação, considerando a recente decisão da Petrobras S/A em remodelar a sua atuação nos setores de lavra e refino (passando a privilegiar a exportação de óleo cru e a importação de combustíveis), assim como alterar a métrica de sua política de preços dos combustíveis (atrelando-a ao preço internacional do barril de petróleo e à oscilação do câmbio), a consequência foi o desarranjo dos preços no mercado de combustíveis, o que afetou drasticamente tanto o seguimento da revenda varejista/atacadista e o consumidor final desses produtos, quanto a sociedade em geral em função do impacto dessa variação na inflação.</p> <p>Em face dessa situação, o Sindicombustíveis Resan entende que o debate acerca do repasse dos reajustes dos preços dos combustíveis é extremamente importante, porém não deve se limitar à questão dos efeitos da política de preços da Petrobras, sendo necessário que o MME, o CNPE e a ANP examinem com urgência e profundidade:</p>
			<p>a) a promoção do setor de refino (o que está sendo parcialmente realizado no âmbito do Programa Combustível Brasil);</p> <p>b) a condução da Política Energética Nacional, de modo a atender ao objetivo da autossuficiência posto que essencial para a segurança energética;</p> <p>c) por tabela, rever a estratégia operacional da Petrobras S/A em optar pela maciça exportação de óleo cru e pela importação de derivados, o que por si só já impacta os preços finais dos produtos pela variação cambial e pelo custo para sua internação;</p> <p>d) criar mecanismos de transparência sobre a formação de preços no setor de distribuição de combustíveis, haja vista haver indícios de que tal seguimento tem se apropriado de significativa parcela de valores ao intermediar os reajustes promovidos pela Petrobras S/A no comércio de produtos para a revenda atacadista/varejista de combustíveis;</p> <p>e) e, especificamente quanto à proposta em análise, estabelecer a periodicidade de 30 dias para fins de repasse do reajuste do preço dos combustíveis pelo setor de refino aos subsequentes elos da cadeia de abastecimento.</p>
Distribuidor	PLURAL	Samuel Luiz de Carvalho	Veja ANEXO VI
Distribuidor	SINDIGÁS	Sergio Bandeira de Mello	Veja ANEXO VII
Revendedor	ABRAGAS	JOSE LUIZ ROCHA	<p>CONSIDERANDO o GLP residencial ser um produto de primeira necessidade utilizado para cocção de alimentos de toda a população brasileira, especialmente para as famílias menos de baixa renda.</p> <p>CONSIDERANDO que o GLP tratado como industrial se tornou de uso comum nos condomínios e residências, por exigências de segurança do Corpo de Bombeiros nos projetos da construção civil, especialmente em condomínios de programas residenciais populares.</p> <p>CONSIDERANDO que o GLP Industrial tem um papel muito importante na indústria Brasileira para produção industrial e consequentemente a geração de empregos.</p> <p>CONSIDERANDO ser uma energia limpa e sendo o GLP incentivado no consumo industrial estaremos contribuindo com o nível de poluição meio ambiente.</p> <p>Sugerimos que:</p> <p>1) O preço do GLP envasado em recipientes de até 13Kg, quanto para o GLP envasado em recipientes acima de 13kg e ainda o GLP comercializado a granel tratados como GLP Industrial, devem ter paridade de preços considerando tratar da mesma molécula de energia e nada justificar o tratamento diferenciado.</p> <p>2) Os reajustes de preços sejam para cima ou para baixo, tanto para o GLP destinado ao uso residencial quanto para o destinado ao uso industrial devem ter a mesma periodicidade de reajustes e seguir os mesmos índices de variações.</p> <p>3) O GLP residencial deve permanecer com a periodicidade mínima de 3 meses como está na atual política de preços da Petrobras.</p> <p>4) O GLP Industrial deve seguir a mesma periodicidade mínima do GLP residencial que é de 3 meses, tendo em vista ser a mesma molécula de energia e nada justificar o diferencial de preços e periodicidade de reajustes a não se a exploração pela indústria monopolista.</p>

Transportador	FETRANCESC - Fed. Emp. Transp. Carga e Logística no Estado SC	Alan Cristiano Zimmermann	Reequilíbrio no preço seja realizado a cada 06 (seis), ou quando o desequilíbrio apresentar um percentual acima de 5% - como uma espécie de gatilho. Reajuste trimestral e que os preços considerem não apenas o custo internacional do petróleo, mas também o custo do petróleo produzido no Brasil, que é mais baixo, pois caso contrário, não se justifica a manutenção de uma estatal para o setor.
Distribuidor	DANPETRO S.A	Robson	READEQUAÇÃO PARA ESTABELECE UM PERIODO MÍNIMO PARA REAJUSTAMENTO NOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS QUE HOJE TEM SUAS VARIAÇÕES DE ACORDO COM O CAMBIO, PROPORCIONANDO ASSIM MAIS SEGURANÇA E ESTABILIDADE PARA O MERCADO E TAMBEM AOS CONSUMIDORES FINAIS, CRIANDO UMA DEFINIÇÃO SOBRE A TEMPORALIDADE OU NÃO DE EVENTUAIS LIMITES DE PRAZO DE REAJUSTE DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS, CRIANDO UMA ATO NORMATIVO. ALTERAÇÃO NA AMPLIAÇÃO DA DURAÇÃO DO LEILÃO PARA QUE SE POSSA TER UMA MAIOR SEGURANÇA E EFICÁCIA NA TOMADA DE DECISÃO DE COMPRA.
Revendedor	FECOMBUSTÍVEIS	PAULO MIRANDA SOARES	Desde 1996, com a edição da Portaria nº 59 de 29/03/1996, o Ministério da Fazenda liberou os preços da gasolina automotiva e do álcool hidratado (etanol) na distribuição e revenda. O Ministério da Fazenda liberou os preços de revenda do óleo diesel ao consumidor final em todo o país, em 30/07/2001, dando continuidade ao processo de flexibilização do regime de controle de preços vigente ao longo de décadas. A FECOMBUSTÍVEIS defende que os preços dos combustíveis devem continuar livres em toda a cadeia. Neste cenário em que se discute a periodicidade dos reajustes, seria mais plausível que, ao invés de represar os reajustes, o governo fizesse o uso da Cide como instrumento econômico no sentido de amortizar as flutuações de preço do mercado internacional e da taxa de câmbio nas altas e nas quedas, fazendo com que traga estabilidade nos preços comercializados ao consumidor final. A FECOMBUSTÍVEIS é CONTRÁRIA à implantação da periodicidade obrigatória de reajustes ou qualquer espécie de "gatilho" (acumulação de determinado percentual), por considerar que os aumentos acumulados continuarão trazendo prejuízos à sociedade. Somos favoráveis a não interferência do governo no livre mercado para produtores e importadores. Defendemos que todos os elos da cadeia atuem conforme as regras de oferta e demanda, utilizando para isso ferramentas que contenham a volatilidade de preços ao consumidor, sem usar de qualquer tipo de interferência que possa causar mais perdas à sociedade.
Consultoria	Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP)	William Nozaki	Veja ANEXO VIII
Transportador	SETRAM	NORBERTO KOCH MENDES	PERÍODO MÍNIMO PARA REAJUSTAR O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS DEVE SER DE 90 DIAS, DEVIDO AS CARACTERÍSTICAS PECULIARES DE NEGOCIAÇÕES DE FRETES PARA PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, MATÉRIA PRIMA, PRODUTOS AGRÍCOLAS.
			PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE TEXTO EXISTENTE: RANP 44/2013, ART. 2º, § 1º. ORIGINAL: § 1º O distribuidor de combustíveis deverá indicar na documentação fiscal, em campo apropriado, a numeração dos lacres de que trata o caput deste artigo. PROPOSTA DE TEXTO: § 1º O distribuidor de combustíveis deverá indicar na documentação fiscal, em campo apropriado, a numeração dos lacres de que trata o caput deste artigo, exceto nos casos de venda à ordem de Etanol. JUSTIFICATIVA: Permitir o aperfeiçoamento da eficiência logística do Etanol Hidratado, dando condições para que a Distribuidora possa retirar o produto do fornecedor com a entrega diretamente no Posto Revendedor, transferindo o benefício da economia logística para o consumidor final. Essa alteração tem também a vantagem de não afetar a legislação fiscal e tributária já em vigor. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE TEXTO EXISTENTE: RANP 44/2013, ART. 2º, §2º. ORIGINAL: §2º: Nas bases de distribuição cedidas, arrendadas ou compartilhadas, a responsabilidade por fechar com lacres os compartimentos de entrada e saída, bocais de entrada ou escotilha superior e válvulas dos bocais dos caminhões-tanque é de cada distribuidor que realizar a comercialização ou transferência do produto. PROPOSTA DE TEXTO: § 2º Nas bases de distribuição cedidas, arrendadas ou compartilhadas, a responsabilidade por fechar com lacres os compartimentos de entrada e saída, bocais de entrada ou escotilha superior e válvulas dos bocais dos caminhões-tanque é de cada distribuidor que realizar a comercialização ou transferência do produto, exceto nos casos de venda à ordem de Etanol. JUSTIFICATIVA: Permitir o aperfeiçoamento da eficiência logística do Etanol Hidratado, dando condições para que a Distribuidora possa retirar o produto do fornecedor com a entrega diretamente no Posto Revendedor, transferindo o benefício da economia logística para o consumidor final. Essa alteração tem também a vantagem de não afetar a legislação fiscal e tributária já em vigor.

Distribuidor	Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis do Estado da Bahia SINDICOM-BA	SADI LEITE RIBEIRO FILHO	<p>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE TEXTO EXISTENTE: RANP 44/2013, ART. 2º, § 3º, inciso I. ORIGINAL: I - os códigos SIMP da distribuidora e da base de distribuição de saída do produto, exceto nos casos de venda à ordem de Etanol. PROPOSTA DE TEXTO: I - os códigos SIMP da distribuidora e da base de distribuição de saída do produto, exceto nos casos de venda à ordem de Etanol. JUSTIFICATIVA: Permitir o aperfeiçoamento da eficiência logística do Etanol Hidratado, dando condições para que a Distribuidora possa retirar o produto do fornecedor com a entrega diretamente no Posto Revendedor, transferindo o benefício da economia logística para o consumidor final. Essa alteração tem também a vantagem de não afetar a legislação fiscal e tributária já em vigor.</p>
			<p>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE TEXTO EXISTENTE: RANP 44/2013, ART. 2º, § 3º, inciso II. ORIGINAL: II - a numeração, não repetida, do lacre, própria de cada distribuidor em cada base. PROPOSTA DE TEXTO: II - a numeração, não repetida, do lacre, própria de cada distribuidor em cada base, exceto nos casos de venda à ordem de Etanol. JUSTIFICATIVA: Permitir o aperfeiçoamento da eficiência logística do Etanol Hidratado, dando condições para que a Distribuidora possa retirar o produto do fornecedor com a entrega diretamente no Posto Revendedor, transferindo o benefício da economia logística para o consumidor final. Essa alteração tem também a vantagem de não afetar a legislação fiscal e tributária já em vigor.</p>
			<p>PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TEXTO NOVO EM RESOLUÇÕES EXISTENTES: RANP 44/2013. Incluir abaixo do §5º do art. 2º, o art. 9º-A com a seguinte redação: Art. 2-A O disposto no caput do art. 2º e nos seus §§ 1º, 2º e 3º não se aplicam nos casos de venda à ordem de Etanol pelo distribuidor. JUSTIFICATIVA: Permitir o aperfeiçoamento da eficiência logística do Etanol Hidratado, dando condições para que a Distribuidora possa retirar o produto do fornecedor com a entrega diretamente no Posto Revendedor, transferindo o benefício da economia logística para o consumidor final. Essa alteração tem também a vantagem de não afetar a legislação fiscal e tributária já em vigor.</p>
			<p>PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TEXTO NOVO EM RESOLUÇÕES EXISTENTES: RANP 58/2014, Art. 24. Incluir a alínea "f" no § 1º do art. 24: Disposição sobre precificação para cada tipo de produto, na hipótese de contrato anual com cotas mensais, sendo, esta divulgação, a ocorrer, no máximo, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês (mês Y-2), para as compras/retiradas que forem ocorrer no mês subsequente (Y). JUSTIFICATIVA: A proposta de inserção se dá em razão dos produtos aqui tratados serem essenciais para o abastecimento nacional, restando necessário a busca por contratos futuros, dando maior estabilidade ao mercado e permitindo aos players fazerem uma melhor gestão de estoque e custo, a fim de trazer o melhor custo benefício ao consumidor final. Essa alteração também é essencial em razão do país possuir fornecedor monopolista, que por ações de curtíssimo prazo tem gerado desinteresse aos importadores e investidores, e, conseqüentemente, impactando diretamente no bolso do consumidor.</p>
			<p>PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TEXTO NOVO EM RESOLUÇÕES EXISTENTES: RANP 58/2014, Art. 24. Incluir a alínea "g" no §1º do art. 24: disposição sobre a faculdade de pedido dos distribuidores à oferta de produto no produtor de derivados de petróleo, devendo constar que, caberá ao distribuidor submeter, somente ao produtor, após a precificação que trata a alínea "f" do art. 24 acima, até às 72 (setenta e duas) horas subsequentes a esta precificação, o pedido mensal de gasolina A, de óleo diesel A, de óleo diesel marítimo e/ou de OCTE, para o mês (Y), observado os percentuais mínimos. JUSTIFICATIVA: A proposta de inserção permiti aos distribuidores a opção de adquirir ou não da monopolista quando esta não estiver competitiva, sem que, no entanto, incida qualquer ônus ao distribuidor, em relação a outros players do mercado, estimulando o desenvolvimento e o investimento em portos, tancagens e/ou refinarias.</p>
			<p>PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TEXTO NOVO EM RESOLUÇÕES EXISTENTES: RANP 58/2014, Art. 24. Incluir a alínea "h" no § 1º do art. 24: disposição sobre o percentual mínimo de 70% (setenta por cento) para retirada do distribuidor, na hipótese de contrato anual com cotas mensais, dispondo ainda sobre o volume remanescente de 30% (trinta por cento) a ser retirado a critério do distribuidor. JUSTIFICATIVA: A proposta de inserção é no sentido de proteger a Petrobras como único fornecedor em muitas regiões, mantendo suas refinarias viáveis, bem como permitir ao Distribuidor buscar produtos mais competitivos, quando a oferta de preço não for atrativa.</p>
<p>PROPOSTA DE INCLUSÃO DE TEXTO NOVO EM RESOLUÇÕES EXISTENTES: RANP 41/2013, Art. 22. Incluir o inciso XXIII no art. 22: O Posto Revendedor que não ostente manifestação visual de Distribuidor deverá manter contrato anual com um ou mais distribuidores, para atingir o volume mínimo de 70% (setenta por cento) da sua comercialização de combustíveis derivados do petróleo no ano civil anterior (ano Y-1). JUSTIFICATIVA: A proposta de inserção é garantir o abastecimento em todas as regiões do país, minimizando o risco de desabastecimento, tendo em vista o crescente número de desbandeiramento, garantindo também a estabilidade de preço e volume em micro regiões.</p>			
Produtor	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Guilherme Pontes Galvão França	Veja ANEXO IX

Revendedor	Sinegas	Sandra Ruiz	<p>A nova política de preços da Petrobras para o setor revendas GLP fez com que todas as revendas do país entrasse em dificuldades financeiras, sendo q muitas chegaram ate a fechar as portas ou foram incorporadas por outras. Outra situação mais preocupante, as pequenas revendas migraram para a clandestinidade móvel por não conseguir cumprir seus compromissos financeiros com fornecedores. Em 2017 com a nova política as revendas foram pegadas de surpresa, pois financeiro não estavam preparados para suportar sucessivos reajustes. Foi uma mudança muito brusca para um mercado que estava acostumado com um reajuste anual. Até aqui imagino que a ANP já tenha conhecimento da destruição do setor revenda GLP pós nova política da Petrobrás.</p> <p>Não existe previsibilidade no valor de compra e muito menos no valor de venda por toda a competitividade que existe no setor. Tamanha competitividade muitas vezes injusta promovida por “clandestinos” que comercializam o produto sem os mesmos custos que o revendedor legalizado.</p> <p>Toda evolução dos reajustes/aumentos da Petrobras não acompanharam os preços de venda ao consumidor.</p> <p>Outro fator a ser analisado é que as reduções não chegam às revendas de GLP, o que faz com que o consumidor entenda que o revendedor esta agindo de má-fé nos preços de venda. Já que a ANP abriu esta consulta pública precisamos que a ANP faça uma análise e veja que não existe transparência e as reduções do GLP nunca chegam às revendas.</p> <p>A fama de “bom moço” fica para a Petrobrás enquanto a fama de “vilão” fica com as revendas de GLP que atendem o consumidor. Escutamos constantemente dos consumidores xingamentos por estar praticando os mesmos valores contrario da redução anunciada pelo Jornal Nacional. Pedimos em 2017, mais previsibilidade nos repasses da Petrobrás e já foi feito, e os reajustes serão repassados trimestralmente para o GLP em embalagem residencial.</p> <p>O GLP industrial continua sem previsibilidade alguma, a Petrobrás repassa o reajuste mensalmente, muitas vezes mais de uma vez. Repito que quando há reduções, estas não chegam até o setor revenda GLP.</p> <p>Vemos que o nosso problema é maior que a definição de uma política é sim uma destruição do empresário brasileiro que está cada dia mais sucateado pelos desmandos do governo e falando no setor combustível somos reféns da Petrobrás que para rentabilizar os seus investidores mudaram radicalmente a forma de trabalhar no país. É o capitalismo das grandes organizações dominando os pequenos empresários tanto do setor postos de combustíveis quanto do setor revendas de GLP.</p> <p>A previsibilidade, a equiparação de preços do industrial e residencial</p> <p>Por que há diferenciação do preço GLP residencial e GLP industrial? Tudo é GLP e tudo sai do mesmo lugar.</p> <p>Por que temos que equiparar os valores do GLP ao mercado internacional se só importamos 30% do consumo no país?</p> <p>(continuação) Precisamos de políticas claras para o setor revenda GLP acabar com essa “zona” que é a clandestinidade do setor. É muito fácil burlar a fiscalização. Os empresários desonestos não tem medo das fiscalizações porque é humanamente impossível fiscalizar todos os “players” existentes no setor de revenda de GLP. É lamentável termos para cada revenda regularizada três irregulares trabalhando com o produto. Precisamos sim rever o formato do mercado e trilhar novos rumos.</p> <p>São cinco distribuidoras que atendem o país, ao passo que somos quase 69mil revendas, formiguinhas maximizando, os lucros destas distribuidoras.</p> <p>Se realmente tivéssemos leis eficientes teríamos empresários trabalhando no setor de revenda GLP. Do jeito que o mercado está desenhado qualquer um com investimento de 50,00 (cinquenta reais) mensais pode montar uma revenda de GLP-MEI (micro empreendedor individual).</p> <p>A ANP precisa sim olhar para o mercado de GLP verificar e analisar a ineficiência e o ponto de partida a ser mudado.</p> <p>Algo a ser considerado, são 34milhoes de P13 envasados mensalmente e estes muitas vezes não chegam ao consumidor residencial, são sim pequenos empreendedores como: restaurantes, padarias, bares, doceiras e tantos outros que usam o GLP em embalagem de 13kg para cocção de alimentos a ser vendidos ao consumidor.</p> <p>Do mais, pensamos que não existe uma formula de sucesso para ser repassada aos empresários e aos consumidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precisamos sim de políticas claras • Preço equiparado ao mercado internacional, nunca teremos concorrência na distribuição de GLP; • Pensarmos em redução nos impostos do GLP, como os outros produtos da cesta básica. • Subsídio no preço, com intenção de atender baixa renda, desvirtua para o de alta renda
------------	---------	-------------	---

Entidade de Classe	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)	Alberto Guimaraes	<p>Preços de combustíveis desvinculados dos mercados globais, geram distorções em uma indústria que funciona de forma integrada. Esta prática foi usada no passado com graves consequências.</p> <p>A lei 9478 estabeleceu a abertura e o livre mercado de combustíveis. Por ela, as refinarias brasileiras passaram a competir com importações e com o comércio do entorno, como ocorre, em geral, com as refinarias na indústria mundial.</p> <p>A nível mundial as refinarias se sujeitam às importações e ao comércio de produtos na sua área de influência, fatores mais que suficientes para dar-lhe competitividade e transparência.</p> <p>Os preços dos combustíveis - sejam refinados, sejam importados - precisam basear-se em cotações internacionais, por se tratar de commodities comercializadas globalmente. O acompanhamento dos preços pela paridade de exportação ou importação, não se configura em repasses, mas pelo alinhamento natural com a oferta e a procura, como acontece com commodities em geral, agrícolas ou minerais.</p> <p>Os preços dos derivados na refinaria, sem impostos, no Brasil, têm estado nos últimos anos alinhados com idênticos preços em outros países, o que reflete o conceito correto de custo de oportunidade.</p> <p>O preço que o consumidor paga pelo combustível tem diversos componentes: o preço ex-refinaria, os preços das importações, os preços dos biocombustíveis neles contidos, os custos de distribuição, de revenda e outros. Todos estes componentes têm realidade e volatilidade próprias, conforme o mercado onde se inserem. Controlar ou limitar um de seus elementos, por mais relevante que seja, certamente trará distorções indesejáveis que, como também já visto no passado, se perpetuam e provocam outras distorções que dificultam a desejada abertura e transparência.</p> <p>Hoje, o mercado brasileiro é abastecido em significativa proporção por importações, alinhadas diariamente com os preços internacionais, e por mais de 400 produtores de etanol e biodiesel que têm, corretamente, a liberdade de fixar seus preços, com a frequência requerida.</p> <p>As dezenas de importadores têm, corretamente, liberdade para praticar preços de mercado na importação de gasolina, diesel e etanol, o que equivale dizer que grande parte do preço dos combustíveis ao consumidor, já acompanha mercados abertos. Não há razão porque a parcela que sai das refinarias não acompanhe o mesmo mercado, nem o mercado brasileiro ter características distintas dos mercados mundiais.</p> <p>(Continuação) O IBP é contrário a qualquer iniciativa de controle de preço, subsídio ou interferência nos diferentes elos da cadeia: produção, distribuição, revenda etc. Por um lado, a lei 9478 garantiu liberdade de mercado, por outro, intervenções atípicas e não existentes em mercados maduros e abertos, trarão potencialmente um efeito negativo sobre o esforço de investimento e diversificação no refino, que o IBP vem advogando.</p> <p>Nenhuma proposta de política pública que busque atenuar volatilidades típicas do mercado deve permitir ou estimular eventuais práticas anti-concorrenciais.</p> <p>A atração de novos investidores para o refino só se dará pela prática de preços livres e referenciados ao mercado internacional, respeitando o custo de oportunidade.</p> <p>O IBP considera oportuna a iniciativa de abertura do refino anunciada pela Petrobras, por entender que, quanto mais investidores e mais alternativas, melhor para os consumidores brasileiros, pela maior capacidade de atrair capitais, por conferir maior segurança e garantia ao abastecimento pela diversificação da oferta de produtos refinados.</p> <p>Iniciativas no sentido de reduzir volatilidade de preços devem evitar trazer insegurança jurídica e ônus indevido aos agentes investidores.</p> <p>Conclusão:</p> <p>O IBP defende que a temporalidade de reajustes não seja feita por agentes externos (Governo, ANP etc.), sendo sempre melhor que se busque um compromisso voluntário entre os agentes de mercado em época de volatilidade intensa, que acontece e afeta os mercados em geral no mundo.</p> <p>A previsibilidade de reajustes, com anúncios antecipados de alterações de preços, gera distorções na demanda, dificuldades operacionais e redução do nível de serviços aos revendedores e consumidores finais dos derivados de petróleo.</p> <p>A carga tributária é um dos fatores mais relevantes no nível absoluto de preço. O IBP não recomenda qualquer intervenção na política de preço autônoma dos agentes. Por isso, a carga tributária deve ser usada como instrumento de política pública para o amortecimento, por meio de um colchão tributário, da volatilidade no nível do consumidor.</p>
Produtor	Ubrabio – União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene	Donizete Tokarski	Entendemos que deve ser imposto período de reajuste para os combustíveis de 60 dias tal qual como utilizado nos Leilões de Aquisição de Biodiesel organizados pela ANP.

Produtor	UNICA	UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR	<p>A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) - entidade que representa produtores de etanol, açúcar e bioeletricidade da região Centro-Sul, responsáveis por cerca de 60% da produção nacional do renovável - vem, respeitosamente, manifestar a sua contribuição acerca do tema proposto pela Tomada Pública definida pelo despacho ANP nº 707, de 05 de junho de 2018, publicado no DOU em 06 de junho de 2018.</p> <p>Considerando que a Tomada Pública ora em apreço se refere exclusivamente a um eventual ato normativo estabelecendo periodicidade mínima para o repasse do reajuste do preço dos derivados, a UNICA entende que qualquer mecanismo que venha a ser estabelecido deve manter uma relação direta entre os valores dos derivados praticados no mercado doméstico e àqueles observados no mercado internacional, convertidos em Reais a partir da taxa de câmbio vigente.</p> <p>A definição de regra clara, transparente e estável para o preço dos derivados é fundamental para que se evitem medidas equivocadas ou regras de precificação focadas em problemas não concernentes ao segmento de combustíveis. Especialmente no caso da gasolina, o uso do controle de preços como mecanismo de combate à inflação gerou perdas substanciais ao setor produtivo do etanol na última década, com o fechamento de quase uma centena de empresas, perda de empregos e prejuízos ambientais ao País, ante o aumento das emissões de gases de efeito estufa, da poluição e dos gastos com saúde pública.</p> <p>Entre os critérios de precificação possíveis para os derivados no mercado interno, vale mencionar a possibilidade de estabelecer gatilhos de reajustes automáticos quando as variações acumuladas no preço internacional do derivado e na taxa de câmbio atingirem um determinado nível, a ser definido após estudos conduzidos pela Agência. Essa sistemática garantiria o vínculo entre os preços doméstico e internacional, sem existir alterações diárias no valor praticado pelas refinarias.</p> <p>Sendo o que nos cumpria para o momento, renovamos os nossos votos de estima e consideração, e permanecemos à disposição para quaisquer discussões ou esclarecimentos sobre o assunto.</p>
Produtor	Raizen Energia S.A.	Pedro Orrico Sandrin	Veja ANEXO X
Transportador	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE	Olívia Pinheiro	<p>Definir regras claras para a construção de uma política de preços de combustíveis transparente que reflita os custos reais da produção dos combustíveis e as necessidades de importação de derivados de petróleo para complementação da oferta interna. Definir regra de cálculo que suavize as flutuações dos preços do mercado internacional. Estabelecer um período mais amplo, de preferência mensal, para os reajustes dos combustíveis, de forma a permitir que o repasse ao consumidor final contemple todas as flutuações (para cima ou para baixo) do período.</p> <p>Estabelecer um gatilho para o reajuste do preço do combustível. Definir que a Petrobras tem autorização formal para repassar às refinarias um novo preço sempre que se atingir uma variação acumulada de $\pm 10\%$. Após o reajuste de gatilho, o percentual deve ser zerado novamente.</p> <p>Estabelecer um mecanismo de precificação que autorize a Petrobras a repassar a variação dos preços ou ao final de cada mês ou quando a variação acumulada no mês somar 10%, o que acontecer primeiro. Autorizar a Petrobras a atualizar e repassar às distribuidoras, ao final de cada mês, a variação dos preços do diesel com base na média móvel trimestral dos preços do combustível.</p>
Revendedor	TRR LAMBARI COMBUSTÍVEIS LTDA	JULIANO BECK	<p>ACREDITO QUE OS AJUSTES DE PREÇOS PODERIAM OCORRER DE 30 EM 30 DIAS. PRINCIPAIS DIFICULDADES/PERIGOS DE HOJE: REPASSES A PREFEITURAS E OUTRAS EMPRESAS COM CONTRATO DE FORNECIMENTO: DIFICULDADE DE REPASSAR E AJUSTAR CONTRATOS, ATUALMENTE O SISTEMA FICA MUITO FRÁGIL A DESVIOS E COBRANÇAS ABUSIVAS. REPASSO HOJE UM AJUSTE E AMANHÃ O CONTRATO NEM CHEGOU NO DESTINATÁRIO E O PREÇO JÁ É OUTRO. - HOJE AS EMPRESAS COMPRADORAS (TrrS, POSTOS E ETC., NÃO TEM COMO TRAVAR PREÇOS COM AS CIAS, COMO EM OUTROS MERCADOS, SE ISSO PUDESSE ACONTECER SERIA MELHOR PARA TRABALHAR, MAS NÃO TEMOS ESTA OPÇÃO) CLIENTES E PRÓPRIAS EMPRESAS PERDERAM O PARAMETRO DOS PREÇOS. A PETROBRAS COMO PRODUTORA TEM COMO TRABALHAR E AJUSTAR COM BASE NO MERCADO A CADA 30 DIAS, POIS OS CUSTOS DELA NÃO VARIAM COM BASE NO MERCADO INTERNACIONAL DIÁRIO.</p> <p>SE QUISEREM MANTER OS AJUSTES DIÁRIOS, ABRAM O MERCADO PARA OUTROS PRODUTORES, ASSIM A CONCORRENCIA DEVE PUXAR O PREÇO PARA BAIXO, AS DISTRIBUIDORAS E OUTROS COMPRADORES TERÃO OPÇÃO DE COMPRA COM BASE DE PREÇOS DE VENDA DOS PRODUTORES BASEADOS NO CUSTO DE PRODUÇÃO DO PRODUTO E NÃO SOMENTE NO MERCADO INTERNACIONAL.</p>
Entidade de Classe	CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção	José Carlos Martins	Veja ANEXO XI
Governo	MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria	EDSON RODRIGO TOLEDO NETO	Veja ANEXO XII

Revendedor	SINDCOMB/RJ	MARIA APARECIDA SIUFFO PEREIRA SCHNEIDER	<p>Com a edição da Portaria nº 59 de 29.03.1996, o Ministério da Fazenda liberou os preços da gasolina automotiva e do álcool hidratado (etanol) nas unidades de comércio atacadista (distribuidoras) ou varejistas (postos revendedores).</p> <p>A partir de 30.07.2001, o Ministério da Fazenda liberou os preços de revenda do óleo diesel ao consumidor final em todo o país, dando continuidade ao processo de flexibilização do regime de controle de preços vigente ao longo de décadas.</p> <p>Não vemos como manter os preços dos combustíveis ao consumidor final referido aos preços internacionais do petróleo, uma vez que os combustíveis são produzidos no país com mão de obra paga em reais.</p> <p>Creemos que a periodicidade pretendida deve ser ajustada aos custos de produção da Petrobrás.</p> <p>Para manter essa liberdade de preços sugerimos a possível volta de imposto colchão, aos moldes da Cide, que evite a oscilação diária promovida pela Petrobrás.</p> <p>Apesar de reajuste na Refinaria, há que considerar o aumento do Pis e Cofins a partir de julho de 2017. Este fato elevou os preços no varejo a níveis europeus, incompatíveis com a realidade do país.</p> <p>Dentro desse assunto, cabe-nos fazer referência ao assunto "liberação dos preços dos combustíveis", finalmente realizada a partir de abril de 1996, em pleno governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.</p> <p>Após mais de meio século de engessamento desse mercado, a ordem liberalizante predominante conseguiu liberar os preços dos combustíveis em todo o território nacional, o que trouxe mecanismos para aperfeiçoamento da concorrência entre os diversos agentes econômicos envolvidos.</p> <p>A liberação dos preços dos combustíveis a partir das bases de distribuição constituiu uma grande vitória, tema sempre reivindicado pelo mercado. Aliás, o livre mercado é parte integrante do exercício da democracia. Assim sendo, a simples pretensão em colocar regras para o estabelecimento de periodicidade no reajuste de preços dos combustíveis, principalmente em época de inflação baixa, a nosso critério, afronta o direito à liberação formulada em 1996, esta sim, efetivada dentro da maior liberdade democrática que o país vem usufruindo desde então.</p>
Cidadão		Jomar Vieira Presmic	<p>Qual a justificativa que a Petrobras tem para fazer revisões diárias em cima dos preços Barril internacional e dolar? 80% da extração do óleo e feita nacionalmente, seus mais de 80% de págamento a fornecedores são feitas em Reais. A folha de pagamento é em Reais. Hoje para as empresas ligadas a temas publico com vendas ao setor privado, os aumentos são autorizados anualmente, então, por que a Petrobra que ser a única diferente com aumento diários? Ao meu ver, com justiça e dignidade, os aumentos deverão ser anuais de acordo com as planilhas de custos da Petrobras e esqueça este argumento de paridades com o preço do barril internacional e dólar, isso somente pode ser usado para a exportação.</p>
Importador	ABICOM – Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis	Sérgio de Souza Araujo	<p>Considerando que os preços de petróleo e seus derivados, sendo commodities negociadas em mercados futuros, têm elevada volatilidade, com variações durante todo o dia; e que a taxa de câmbio também apresenta constantes e consideráveis flutuações (como qualquer ativo financeiro cotado em Bolsa de Valores), entendemos que a política de reajustes diários é a que tem maior aderência ao mercado. Abicom é uma associação de empresas com know-how no mercado internacional de petróleo e derivados e que têm competência técnica e gerencial de atuar com as variações diárias sem comprometer suas operações.</p> <p>No entanto, compreendemos a necessidade do Governo de conferir aos consumidores uma melhor previsibilidade e a urgência em atender o pleito da sociedade, que culminou na paralisação dos caminhoneiros, com início em 21/05/18.</p> <p>Considerando que para o óleo diesel o Governo, através do Decreto nº 9.403, de 07 de junho de 2018, já determinou a periodicidade de reajuste de 30 dias;</p> <p>Sugerimos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Estabelecimento de 30 dias como o período para reajuste dos combustíveis, sujeito ao repasse em caso de variação acumulada (positiva ou negativa) superior a 5%, evitando represamento de grandes montantes. Exemplo: o período de apuração é mensal, mas caso na primeira quinzena do mês observe-se uma variação igual ou superior a 5% o repasse deverá ocorrer imediatamente; 2) Definição transparente do critério para aplicação dos reajustes, tendo como base a variação dos preços internacionais, a variação da taxa de câmbio e variação dos custos para internação/nacionalização dos combustíveis, conforme já explicitado pela Abicom à ANP por meio dos ofícios à diretoria e reuniões com o corpo técnico da agência; 3) Definição de uma data final de vigência para a normatização de período mínimo de reajustamento nos preços de combustíveis a ser publicada. Isto para que seja uma estratégia de curto prazo, com atuação paliativa para os impactos para a recente crise, sem tornar-se uma intervenção regulatória efetiva, já que o mercado aberto pressupõe liberdade no estabelecimento de preço. <p>Ressaltamos que não é de interesse da ABICOM fixar preços de compra/venda de produto no mercado nacional, contudo é imprescindível a existência de uma regra clara de livre concorrência, principalmente, para commodities negociadas no mercado internacional que estimule e dê segurança para realização de investimentos.</p>
Cidadão	Particular	Solange Almeida	<p>Por favor extraia o petróleo aqui no Brasil e refine aqui mesmo. Assim, a empresa consegue vender com preço melhor para nós. Não consigo colocar mais gasolina no meu carro. Ajude-nos. Gratidão. Solange</p>